

*Sumário*

***De Olho  
nas Metas***

2010



**TODOS PELA EDUCAÇÃO**

## Todos Pela Educação

---

### CONSELHO DE GOVERNANÇA:

Jorge Gerdau Johannpeter – Presidente  
Ana Maria dos Santos Diniz  
Antônio Jacinto Matias  
Beatriz Bier Johannpeter  
Cesar Callegari  
Daniel Feffer  
Danilo Santos de Miranda  
Denise Aguiar Alvarez  
Fábio Colletti Barbosa  
Gustavo Ioschpe  
José Francisco Soares  
José Paulo Soares Martins  
José Roberto Marinho  
Luis Paulo Montenegro  
Luís Norberto Pascoal  
Milú Egidio Villela  
Maria Lucia Meirelles Reis  
Mozart Neves Ramos  
Ricardo Young  
Viviane Senna  
Wanda Engel Aduan

### COMISSÃO TÉCNICA:

Viviane Senna – Coordenadora  
Célio da Cunha  
Claudio de Moura Castro  
Claudia Costin  
Creso Franco  
Gustavo Ioschpe  
José Francisco Soares  
Marcelo Neri  
Maria Auxiliadora Seabra Rezende  
Maria Helena Guimarães de Castro  
Mariza Abreu  
Nilma Fontanive  
Raquel Teixeira  
Reynaldo Fernandes  
Ricardo Chaves Martins  
Ricardo Paes de Barros  
Ruben Klein

### EQUIPE EXECUTIVA:

Priscila Cruz – Diretora  
Andrea Bergamaschi  
Camilla Salmazi  
Carolina Carvalho Fernandes  
Carolina Flores Gomes  
Carolina Vilaverde Ruta Lopes  
Diana Santana Gomes Ferreira  
Eduardo Dias de Souza  
Ernesto Martins Faria  
Renata Venaglia  
Simone Harnik

---



**TODOS PELA EDUCAÇÃO**

Avenida Paulista, 1.294 - 19º andar - São Paulo (SP)  
[www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br)

## ***O momento é agora: o papel estratégico da Educação para uma sociedade mais justa.***

Ao avaliar este relatório “De Olho nas Metas - 2010” é possível notar que, apesar dos recentes avanços, muito ainda precisa ser feito para assegurarmos o direito constitucional da aprendizagem escolar e de uma Educação de qualidade para todas as nossas crianças e jovens. Desconhecer ou ignorar essa situação certamente custará caro ao futuro dos brasileiros, já que a boa Educação está intimamente relacionada à melhora de diversas áreas, tais como a saúde, a renda, a segurança e o acesso à cultura, entre muitas outras.

O Brasil tem hoje uma importante “janela de oportunidade” que decorre da pujança do nosso atual momento econômico. Nesse contexto, a Educação exerce um papel estratégico: sabemos que os resultados educacionais ajudam a garantir um desenvolvimento mais sustentável e a diminuir as desigualdades sociais. No entanto, a melhora educacional que vem sendo registrada nos últimos anos é ainda insuficiente para o estágio de desenvolvimento necessário.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 20% dos brasileiros de 15 anos ou mais são analfabetos funcionais ou absolutos. Já dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), sistematizados neste relatório, revelam que, dos poucos jovens que concluem o Ensino Médio, apenas 11% aprenderam o que seria esperado em matemática.

O relatório “De Olho nas Metas - 2010” mostra ainda, de maneira muito clara, a crescente dificuldade que os estados enfrentam para cumprir as metas educacionais, especialmente as de acesso à Pré-Escola e ao Ensino Médio, bem como as de aprendizagem.

Esse quadro preocupante levou o movimento Todos Pela Educação a uma profunda reflexão sobre seu papel nos próximos anos. Está claro que é preciso ir além do monitoramento das 5 Metas para que o Brasil alcance, em 2022, ano do bicentenário de sua independência, uma Educação pública de qualidade para todos.

O estabelecimento das 5 Metas foi uma conquista da sociedade brasileira, mas agora é preciso também que o movimento passe a defender políticas que possibilitem avançarmos na velocidade necessária, e assim imprimir caráter de urgência à Educação.

Por isso, ao mesmo tempo em que apresenta este relatório, o Todos Pela Educação anuncia suas cinco bandeiras de atuação para os próximos anos.

A **primeira** é a definição e a adoção de um currículo nacional, que seja a expressão concreta do direito ao aprendizado, visando a igualdade de oportunidades, uma participação ativa na sociedade e uma inserção produtiva no mundo do trabalho.

A **segunda** é a valorização dos professores. O Todos Pela Educação entende que, sem um magistério com a adequada formação para garantir a aprendizagem dos alunos, sem uma carreira que recompense e remunere de forma condizente o esforço docente e o desempenho profissional em sala de aula, será difícil o País ter êxito no desafio da oferta de uma Educação de qualidade. Mas o movimento também entende que sem gestores bem preparados e engajados esse êxito fica comprometido. Por isso, a **terceira** bandeira trata do fortalecimento e da responsabilização da gestão pelos resultados educacionais.

Já a **quarta** expressa a urgente necessidade da ampliação do papel das avaliações, para que efetivamente sirvam para corrigir o rumo e atacar o que precisa ser melhorado na Educação brasileira, seja na definição das grandes políticas para a área, seja na gestão escolar e da sala de aula. Em outras palavras, é preciso ir além do semáforo!

Por fim, a **quinta** bandeira trata da melhora das condições de aprendizagem, mediante a ampliação da jornada escolar, associada a condições adequadas de funcionamento das escolas.

É fundamental que a sociedade brasileira participe ativamente da melhora da Educação, pois a sua ação junto aos governantes, a participação na vida escolar e o apoio aos professores são ações fundamentais para a melhora no ensino-aprendizagem. Caso contrário, corremos o risco de formar novas gerações de jovens que sairão das escolas sem a igualdade de oportunidades – comprometendo assim o exercício pleno de sua cidadania.

**Jorge Gerdau Johannpeter**

presidente do Conselho de Governança

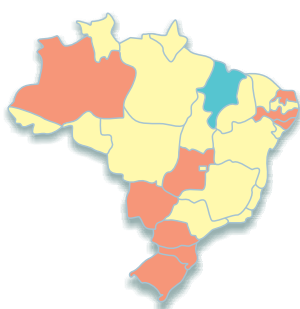
**Mozart Neves Ramos**

membro do Conselho de Governança

# Toda Criança e Jovem de 4 a 17 anos na Escola

"Até 2022, 98% ou mais das crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar matriculados e frequentando a escola."

**Tabela 1.1:** Comparação entre as taxas de atendimento escolar de **4 a 17 anos** e as metas intermediárias estabelecidas pelo Todos Pela Educação para 2009, segundo região e unidades da federação.



Região/UF	Observado em 2009	Intervalo de Confiança	Metas		
			2009	2010	2021
<b>Brasil</b>	<b>91,9</b>	<b>91,7 - 92,2</b>	<b>92,7</b>	<b>93,4</b>	<b>98,0</b>
<b>Região Norte</b>	<b>89,7</b>	<b>89,0 - 90,4</b>	<b>90,7</b>	<b>91,8</b>	<b>98,0</b>
Rondônia	88,3	86,7 - 89,9	88,9	90,3	98,0
Acre	87,7	85,1 - 90,3	89,2	90,6	98,0
Amazonas	88,5	86,7 - 90,2	91,0	92,0	98,0
Roraima	93,7	91,4 - 96,0	92,8	93,5	98,0
Pará	90,0	89,0 - 91,1	90,6	91,7	98,0
Amapá	90,1	88,1 - 92,1	91,7	92,6	98,0
Tocantins	92,3	90,3 - 94,4	91,6	92,5	98,0
<b>Região Nordeste</b>	<b>92,3</b>	<b>91,9 - 92,7</b>	<b>92,6</b>	<b>93,4</b>	<b>98,0</b>
Maranhão	94,1	93,1 - 95,2	92,3	93,1	98,0
Piauí	93,6	92,4 - 94,9	93,3	93,9	98,0
Ceará	93,7	93,0 - 94,4	93,7	94,3	98,0
Rio Grande do Norte	90,3	88,2 - 92,4	93,3	93,9	98,0
Paraíba	92,4	91,1 - 93,7	92,9	93,6	98,0
Pernambuco	90,4	89,5 - 91,4	92,0	92,8	98,0
Alagoas	88,7	86,5 - 90,8	91,2	92,2	98,0
Sergipe	92,3	90,2 - 94,4	93,0	93,6	98,0
Bahia	92,6	91,8 - 93,4	92,5	93,3	98,0
<b>Sudeste</b>	<b>93,5</b>	<b>93,1 - 93,8</b>	<b>93,8</b>	<b>94,3</b>	<b>98,0</b>
Minas Gerais	92,1	91,4 - 92,8	92,6	93,4	98,0
Espírito Santo	91,8	90,2 - 93,5	92,2	93,0	98,0
Rio de Janeiro	94,1	93,4 - 94,7	94,7	95,1	98,0
São Paulo	94,1	93,6 - 94,7	94,2	94,7	98,0
<b>Região Sul</b>	<b>89,5</b>	<b>88,9 - 90,2</b>	<b>91,8</b>	<b>92,7</b>	<b>98,0</b>
Paraná	89,1	88,0 - 90,3	91,7	92,6	98,0
Santa Catarina	90,7	89,3 - 92,1	93,7	94,3	98,0
Rio Grande do Sul	89,3	88,3 - 90,2	90,9	91,9	98,0
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>90,1</b>	<b>89,4 - 90,8</b>	<b>92,0</b>	<b>92,8</b>	<b>98,0</b>
Mato Grosso do Sul	90,0	88,8 - 91,3	91,5	92,4	98,0
Mato Grosso	89,8	88,0 - 91,7	91,3	92,3	98,0
Goiás	88,7	87,6 - 89,9	91,8	92,7	98,0
Distrito Federal	93,9	92,9 - 95,0	93,8	94,4	98,0

- Unidades da federação e regiões que atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.
- Unidades da federação e regiões cujas metas estão dentro do intervalo de confiança do indicador para 2009.
- Unidades da federação e regiões que não atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.

Nota: Os indicadores foram obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), que é amostral. Dessa forma, é necessário reportar o intervalo de confiança dos indicadores e avaliar as regiões quanto ao cumprimento por meio de três cores conforme legenda.

Fonte: Pnad - IBGE/ Fundação Todos Pela Educação

É bastante comum ouvirmos a afirmação de que o atendimento escolar é universalizado no Brasil. A frase está próxima da realidade apenas na faixa etária dos 6 aos 14 anos, na qual temos taxa média de atendimento escolar de 97,7%, conforme mostra a Tabela 1.4. Uma análise mais cautelosa e que separe o atendimento escolar pela idade adequada para cada etapa da Educação Básica, tem como resultado um quadro menos positivo, com taxas de atendimento de até 64,3%, como ocorre com as crianças de 4 e 5 anos na região Sul do País.

**Tabela 1.2:** Taxas de atendimento escolar de **4 a 17 anos**, segundo região (1999-2009).

Brasil e Regiões	Taxas de Atendimento (%)										
	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil	85,0	86,9	87,5	88,1	88,7	89,0	90,2	90,6	91,5	91,9	
Norte	85,1	84,8	85,8	86,0	86,0	87,2	88,3	89,1	89,9	89,7	
Nordeste	85,1	86,8	87,4	87,8	88,1	88,7	89,9	90,8	91,9	92,3	
Sudeste	86,2	88,5	88,9	89,7	90,6	90,6	91,8	92,0	92,7	93,5	
Sul	82,2	84,6	85,6	86,8	87,0	86,9	88,0	88,4	89,5	89,5	
Centro-Oeste	83,5	85,2	85,4	86,2	86,4	87,5	88,8	88,4	89,6	90,1	

Fonte: Pnad – IBGE / Tabulação Todos Pela Educação.

Nota: Em 2000, não foi realizada a Pnad, como ocorre nos anos em que é feito o Censo Demográfico. Desta forma, para fins de comparação metodológica, excluímos a informação daquele ano.

**Tabela 1.3:** Taxas de atendimento escolar de **4 e 5 anos**, segundo região (1999-2009).

Brasil e Regiões	Taxas de Atendimento (%)										
	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
Brasil	54,9	60,7	62,1	64,6	66,6	67,7	72,3	74,7	77,1	79,1	
Norte	58,3	55,7	57,2	58,5	52,6	55,3	59,6	64,8	69,6	70,1	
Nordeste	63,8	67,0	69,0	69,8	73,2	75,1	78,3	81,3	83,9	85,6	
Sudeste	53,7	63,6	64,5	68,0	71,7	71,8	77,8	79,2	80,4	83,4	
Sul	43,1	47,6	49,0	53,2	53,5	54,1	59,1	61,2	64,4	64,3	
Centro-Oeste	44,5	46,9	48,9	52,0	54,3	56,5	61,3	61,0	66,5	69,4	

Fonte: Pnad – IBGE / Tabulação Todos Pela Educação.

Nota: Em 2000, não foi realizada a Pnad, como ocorre nos anos em que é feito o Censo Demográfico. Desta forma, para fins de comparação metodológica, excluímos a informação daquele ano.

**Tabela 1.4:** Taxas de atendimento escolar de **6 a 14 anos**, segundo região (1999-2009).

Brasil e Regiões	Taxas de Atendimento (%)									
	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	94,6	95,6	96,0	96,3	96,3	96,7	97,1	97,1	97,5	97,7
Norte	93,7	94,1	94,2	94,5	93,5	94,5	94,9	95,2	96,1	96,2
Nordeste	93,3	94,5	94,8	95,1	95,4	95,9	96,5	96,8	97,3	97,4
Sudeste	95,7	96,6	97,1	97,4	97,5	97,8	98,0	97,8	98,1	98,2
Sul	94,8	95,8	96,6	97,0	96,9	97,1	97,4	97,2	97,7	97,8
Centro-Oeste	94,8	96,0	96,0	96,1	96,4	97,0	97,3	97,1	97,3	97,8

Fonte: Pnad – IBGE/ Avaliação Todos Pela Educação.

Nota: Em 2000, não foi realizada a Pnad, como ocorre nos anos em que é feito o Censo Demográfico. Desta forma, para fins de comparação metodológica, excluímos a informação daquele ano.

**Tabela 1.5:** Taxas de atendimento de **15 a 17 anos**, segundo região (1999-2009).

Brasil e Regiões	Taxas de Atendimento (%)									
	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	76.1	78.4	78.8	79.7	79.2	79.0	79.0	79.1	81.3	82.2
Norte	77.7	77.7	79.5	78.8	76.4	75.0	76.4	77.8	79.9	81.7
Nordeste	74.3	77.0	77.9	78.2	76.5	77.0	77.0	78.0	80.2	81.1
Sudeste	78.9	80.9	80.8	81.9	82.8	82.0	81.8	81.3	83.6	84.8
Sul	72.0	75.2	75.2	77.5	77.7	77.3	76.7	76.7	79.0	79.4
Centro-Oeste	75.6	77.9	77.7	80.0	77.4	78.7	79.8	78.4	80.3	80.4

Fonte: Pnad – IBGE/ Avaliação Todos Pela Educação.

Nota: Em 2000, não foi realizada a Pnad, como ocorre nos anos em que é feito o Censo Demográfico. Desta forma, para fins de comparação metodológica, excluímos a informação daquele ano.

Para mais informações sobre os percentuais de conclusão por cor, gênero e zona rural ou urbana, consulte o relatório completo no site [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br).

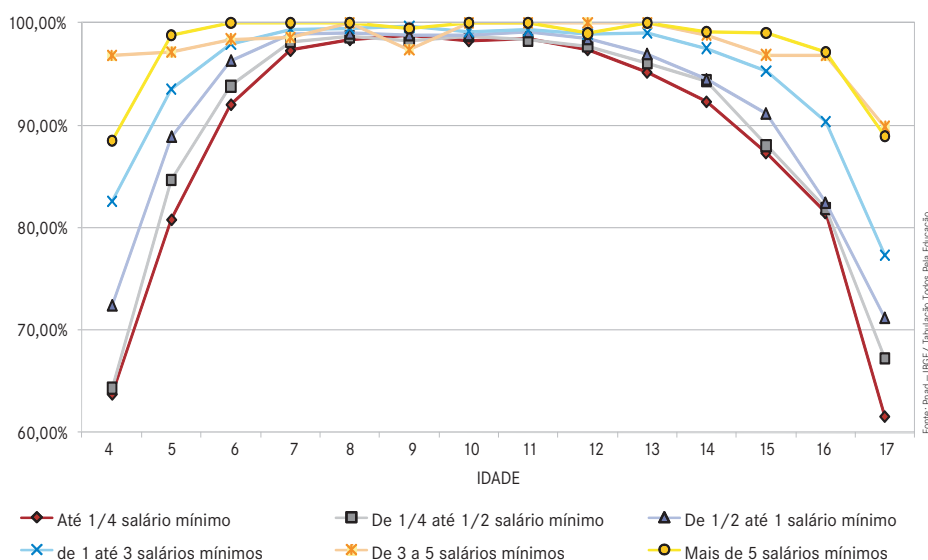
**Tabela 1.6:** Taxas de atendimento escolar de **4 a 17 anos**, segundo faixas de renda.

Classe de rendimento familiar per capita	Taxa de Atendimento (%)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Sem Rendimento	80,1	81,0	84,6	85,3	81,2	86,7
Até ¼ salário mínimo	84,0	84,4	85,8	88,2	89,2	90,1
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	86,3	87,0	87,9	88,9	90,0	90,8
Mais de ½ até 1 salário mínimo	88,8	89,6	90,0	90,6	91,6	92,0
Mais de 1 até 2 salários mínimos	92,1	92,3	93,0	93,2	94,2	94,1
Mais de 2 até 3 salários mínimos	95,5	95,2	95,3	96,0	96,3	96,0
Mais de 3 até 5 salários mínimos	96,5	97,1	97,1	96,8	97,3	97,8
Mais de 5 salários mínimos	98,1	98,0	98,3	97,3	97,1	97,9

Fonte: Pnud - IBGE/ Tabelação Todos Pela Educação.

O gráfico abaixo aponta a grande disparidade no acesso à escola existente entre as diferentes faixas de renda do País. As famílias com menos recursos financeiros enfrentam obstáculos para colocar as crianças na Pré-escola e para fazer com que os jovens permaneçam estudando.

**Gráfico 1.1:** Taxas de atendimento escolar de **4 a 17 anos** por **faixa de renda** per capita familiar (%).



Fonte: Pnud - IBGE/ Tabelação Todos Pela Educação.

## Somente a garantia do acesso à escola não resolve!

**Ana Lucia Sabóia**

O acesso à escola é, antes de mais nada, um direito de todos, portanto os desafios pautados nas Metas 1 a 4 do Todos Pela Educação constituem fundamentalmente um dever do estado para com a sua população. Mesmo antes da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, a Constituição de 1988 já antecipava a visão da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Nessa medida, é importante registrar que, desde o final da década de 1990, o acesso à escola das crianças brasileiras de 7 a 14 anos já estava praticamente universalizado.

A partir de meados da presente década, o sistema educacional ampliou a duração do Ensino Fundamental de 8 para 9 anos, admitindo a criança desde os 6 anos de idade. A propósito, grande parte dos países da América Latina já possuíam, há décadas, o Ensino Fundamental e Médio com duração de 12 anos – entre eles, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai. A ampliação iniciada em 2005 teve como limite o ano de 2010 para vigorar em todas as escolas do território nacional.

A taxa de escolarização bruta das crianças de 6 a 14 anos, em 2009, era de 97,6%, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Utilizando o ano de 1999 como parâmetro de comparação, o acesso continua crescendo – o percentual naquele ano era de 94,2%, ou seja, em 2009, foi possível verificar um ganho de 3,4 pontos percentuais.

No caso das crianças de 4 e 5 anos, a situação é ainda mais desfavorável. Apesar do expressivo crescimento no acesso – passou de 49,7% para 74,8% no período mencionado –, ainda existem cerca de 1,5 milhão de crianças dessa faixa etária fora da escola. É interessante observar que a menor taxa de frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos entre os estados brasileiros, em 2009, foi encontrada no Rio Grande do Sul (50,1%), indicando uma grande desigualdade intrarregional – Paraná (60,5%) e Santa Catarina (73,3%).

De forma surpreendente, os resultados para a taxa de frequência escolar de crianças de 4 e 5 anos no Nordeste foram bem mais elevados que os encontrados no Sul do País. Aliás, esses valores são quase idênticos aos do Sudeste. A elevada frequência no Nordeste (97,4%) vem sendo verificada desde o início dos anos 1990. Um dos fatores que contribuiu para tais

---

resultados foram as políticas implementadas no nível municipal pela antiga Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em meados da década de 1980, em relação ao acesso à escola, especialmente no que se refere ao fornecimento de refeições para garantir o estado nutricional das crianças dessa faixa etária.

É de conhecimento dos envolvidos com o tema da Educação, sejam pesquisadores ou planejadores de políticas, que a frequência à escola a partir dos 4 anos é, em princípio, benéfica para todas as crianças, tanto do ponto de vista cognitivo quanto psicossocial, especialmente para aquelas que residem em países em desenvolvimento. As vantagens do acesso à Educação Infantil vão desde o estímulo e o preparo para o ingresso no Ensino Fundamental ao impacto – no caso das populações mais carentes – na diminuição das desigualdades sociais por meio da ajuda pedagógica, igualando as oportunidades educacionais, sobretudo no primeiro segmento do Ensino Fundamental.

A Emenda Constitucional 59, aprovada em 2009, e que trata da garantia da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, é, sem dúvida, um avanço. Especialmente no que se refere à Pré-Escola e ao Ensino Médio, nos quais o acesso ainda está muito distante da universalização. Essa emenda terá até 2016 para ser implementada progressivamente. Ou seja, parece-nos possível atingir a Meta 1 – Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola – até antes de 2022. Entretanto o esforço para vencer o desafio será bastante diferenciado entre os estados, tendo em vista os resultados obtidos em 2009. Na região Norte, em Rondônia, no Acre, no Amazonas e no Amapá, a taxa de frequência para o segmento de 4 e 5 anos ficou com percentuais entre 51% e 58%. Esses estados necessitam urgentemente de apoio técnico e financeiro da União num ritmo bastante acelerado.

Sob essa ótica, um importante aliado para o cumprimento das metas de universalização de matrículas escolares na Educação Infantil foi a implementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que estimulou o crescimento do número de estabelecimentos de ensino e a qualidade do atendimento à primeira infância. O monitoramento das ações implementadas nessa área é, de fato, muito necessário, e precisa ser feito pelo governo em articulação com a sociedade civil.

O desenvolvimento econômico e social desigual nas diversas regiões do País tem impactos muito diferentes na frequência à escola. Contudo é importante aprofundar a investigação dos motivos da falta de frequência das crianças de 4 e 5 anos residentes nos estados da Região Sul – cujo nível de desenvolvimento é reconhecidamente mais elevado do que o do Nordeste.

No caso dos adolescentes de 15 a 17 anos, segundo a Pnad 2009, o acesso girava em torno de 85%. Mas somente 50% frequentavam o Ensino Médio, isto é, o nível adequado para a sua faixa etária. Houve uma melhora em relação a 1999, quando apenas 32,7% estavam nessa etapa do ensino. Esse indicador é chamado de taxa líquida de frequência e, atualmente, é considerado essencial para o monitoramento das políticas educacionais, devido à necessidade de garantir melhores chances de inserção no mercado de trabalho.

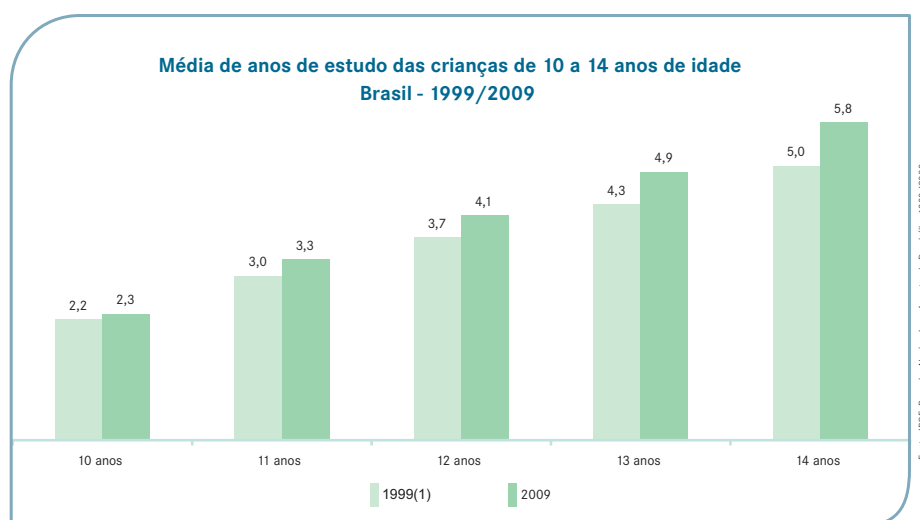
Os países europeus vêm se preocupando particularmente com a escolaridade dos jovens antes da sua inserção no mercado de trabalho. Há muitas evidências de que a Educação deve se focar nas competências dos indivíduos antes que eles ingressem no mercado. E o percentual de adolescentes que frequenta o Ensino Médio é um indicador que pode fornecer um quadro geral da situação educacional.

A garantia do acesso à escola é uma questão crucial, mas não se encerra em si mesma. A qualidade do ensino é fundamental nesse contexto. Uma medida do êxito do acesso é verificar se a criança ao menos aprendeu a ler e escrever e a fazer as quatro operações. Tais habilidades são essenciais para o desenvolvimento futuro. De acordo com a Pnad 2009, verifica-se ainda um contingente expressivo de meninos e meninas que não sabem ler e escrever, totalizando cerca de 1,8 milhão, entre 7 e 14 anos. A tabela abaixo fornece um quadro geral do fenômeno nas grandes regiões.

Proporção de crianças de 7 a 14 anos de idade que não sabem ler e escrever, por idade, segundo as Grandes Regiões									
Grandes Regiões	1999								
	Proporção de crianças de 7 a 14 anos de idade que não sabem ler e escrever, por idade (%)								
	Total	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
Brasil	11,3	34,5	19,2	12,7	8,6	6,1	4,8	4,4	3,6
Norte	14,2	46,5	26,9	15,3	10,5	5,8	3,6	2,3	2,8
Nordeste	23,1	57,9	40,9	29,8	20,1	15,1	11,3	9,9	7,9
Sudeste	4,5	21,2	6,9	3,3	1,8	1,1	1,0	1,7	1,3
Sul	3,8	15,9	5,8	3,0	1,9	1,4	1,7	0,7	1,0
Centro-Oeste	6,9	25,4	10,2	6,9	3,8	3,3	2,7	2,2	1,8
Grandes Regiões	2009								
	Proporção de crianças de 7 a 14 anos de idade que não sabem ler e escrever, por idade (%)								
	Total	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
Brasil	6,8	25,3	12,9	6,7	4,3	2,9	2,0	1,6	1,6
Norte	10,1	35,0	19,3	9,1	6,9	3,9	2,2	2,5	1,6
Nordeste	11,8	38,3	23,7	12,0	8,4	5,7	3,8	2,8	2,9
Sudeste	3,9	16,5	6,9	4,1	1,7	1,3	1,0	0,8	0,9
Sul	3,0	13,9	3,7	1,3	1,8	1,0	1,1	1,0	1,1
Centro-Oeste	4,0	18,9	5,0	4,3	1,5	1,1	0,9	0,6	0,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Outro indicador que revela que somente o acesso não resolve a situação educacional das crianças no Brasil é a média de anos de estudo do segmento de 10 a 14 anos, conforme mostra o gráfico a seguir.



Os desafios são muitos, e não basta somente garantir o acesso das crianças de 4 a 17 anos na escola – objetivo da Meta 1. O cumprimento das outras Metas não é meramente consequência da universalização do acesso, depende do esforço conjunto do estado e de toda a sociedade. As soluções já foram apontadas – basta vontade política para implementá-las.

#### **Ana Lucia Sabóia**

é socióloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 1979.  
Coordena a área de Indicadores Sociais do IBGE desde 1999.

*Nota técnica: Diferentemente dos resultados apresentados no “De Olho nas Metas - 2010”, os indicadores apresentados pela autora consideram a idade do estudante em 26 de setembro de 2009, e não em 30 de junho do mesmo ano.*

# **Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos**

*“Até 2010, 80% ou mais, e até 2022, 100% das crianças deverão apresentar as habilidades básicas de leitura e escrita até o final da 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental.”*

Até o momento não existe uma avaliação nacional de larga escala que possibilite o monitoramento da alfabetização das crianças de 8 anos, o que impede o acompanhamento direto da Meta 2. Em alguns estados do Brasil foram implantadas provas periódicas para medir a qualidade da alfabetização infantil. Entretanto, a implementação de iniciativas isoladas inviabiliza a comparação dos resultados de todo o País. Permanece a necessidade de um exame único, elaborado e corrigido por avaliadores externos às escolas, que propicie a comparação entre regiões e ao longo do tempo.

Dada a inexistência desse instrumento, uma possibilidade de análise indireta se dá por meio da verificação do percentual de concluintes do 3º ano (2ª série) do Ensino Fundamental. Esse dado está na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada durante o ano letivo. Com ela, conclui-se, por exemplo, que uma criança com 9 anos que está no 4º ano do Ensino Fundamental terminou o 3º ano até os 8 anos, idade considerada adequada. Apresentamos os resultados de conclusão do 3º ano na tabela 2.1 a seguir.

**Tabela 2.1:** Percentual de crianças de **9 e 10 anos**<sup>1</sup> que concluíram o 3º ano (2ª série) do Ensino Fundamental, Brasil e regiões (%).

Brasil e Regiões	Crianças de 9 anos	Crianças de 10 anos
<b>Brasil</b>	<b>58,1</b>	<b>84,2</b>
<b>Norte</b>	<b>52,2</b>	<b>77,4</b>
Rondônia	65,5	82,0
Acre	70,2	81,9
Amazônia	42,9	77,7
Roraima	66,1	79,5
Pará	47,3	73,8
Amapá	75,8	89,6
Tocantins	62,1	84,0
<b>Nordeste</b>	<b>53,8</b>	<b>79,0</b>
Maranhão	55,6	74,8
Piauí	47,8	74,6
Ceará	60,0	84,8
Rio Grande do Norte	58,6	82,5
Paraíba	40,0	67,6
Pernambuco	57,4	80,0
Alagoas	41,0	85,8
Sergipe	52,1	79,8
Bahia	53,8	78,6
<b>Sudeste</b>	<b>56,7</b>	<b>87,5</b>
Minas Gerais	44,2	81,7
Espírito Santo	54,1	86,0
Rio de Janeiro	40,9	78,2
São Paulo	69,3	93,9
<b>Sul</b>	<b>74,8</b>	<b>91,0</b>
Paraná	79,5	91,3
Santa Catarina	72,3	95,1
Rio Grande do Sul	72,1	88,1
<b>Centro - Oeste</b>	<b>61,7</b>	<b>86,6</b>
Mato Grosso do Sul	67,4	86,3
Mato Grosso	54,9	88,4
Goiás	63,9	85,9
Distrito Federal	58,5	86,8

Fonte: Prud. IBGE / Tabulação Todos Pela Educação

Nota 1: Idade escolar definida por 9 anos/10 anos completos em 30 de junho.

Na tabela abaixo, é possível observar que, nas famílias com renda per capita de até um quarto de salário mínimo, somente 43,9% das crianças haviam concluído o 3º ano no Ensino Fundamental na idade adequada. Já nas famílias com renda por pessoa superior a cinco salários mínimos, 80,4% das crianças haviam terminado na idade correta.

Esse dado é alarmante, pois indica que o atraso escolar está fortemente relacionado ao *status* social da família, e que a Educação não tem funcionado como política compensatória para reduzir as disparidades sociais.

**Tabela 2.2:** Percentual de crianças de **9 e 10 anos**<sup>1</sup> que concluíram o 3º ano (2ª série) do Ensino Fundamental, segundo **faixas de renda**.

Classe de rendimento familiar per capita	Taxa de Conclusão (%)	
	Aos 9 anos	Aos 10 anos
Até ¼ salário mínimo	43,9	71,3
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	53,1	81,5
Mais de ½ até 1 salário mínimo	61,1	88,3
Mais de 1 até 2 salários mínimos	70,9	94,4
Mais de 2 até 3 salários mínimos	78,2	97,0
Mais de 3 até 5 salários mínimos	79,4	96,2
Mais de 5 salários mínimos	80,4	96,2

Fonte: Inepi - IBGE / Avaliação Todos Pela Educação.

Nota 1: Idade escolar definida por 9 anos/10 anos completos em 30 de junho.

Para mais informações sobre os percentuais de conclusão por cor, gênero e zona rural ou urbana, consulte o relatório completo no site [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br).

## Por uma alfabetização até os oito anos de idade

**Magda Becker Soares**

Na linguagem comum, e mesmo no discurso pedagógico, estar alfabetizado é saber ler e escrever. Mas essas duas competências, expressas simplesmente por esses verbos – ler, escrever – sem que se lhes atribua complementos (ler o quê? escrever o quê?), não são suficientes para que o indivíduo possa participar plenamente de sociedades grafocêntricas, isto é, centradas na escrita. É necessário ter também as habilidades necessárias para fazer uso da leitura e da escrita, nas práticas sociais em que a língua escrita está envolvida: para além da alfabetização, o letramento. Uma pessoa está amplamente inserida em sociedades letradas quando não só sabe ler e escrever, mas sabe fazer uso adequado e bem sucedido da leitura e da escrita.

Com esses conceitos em mente, podemos dizer que o Todos Pela Educação, em sua Meta 2, busca garantir que toda criança esteja, até os 8 anos, alfabetizada e capaz de usar a leitura e a escrita nas situações que vivencia em sua vida escolar e social.

É inteiramente possível esperar que meninos e meninas, em sua escolarização até os 8 anos de idade, adquiram um domínio satisfatório, embora, evidentemente ainda não completo, do sistema ortográfico, e que, ao mesmo tempo, desenvolvam habilidades de leitura e escrita em situações pouco complexas, próprias da infância, tais como deixar um bilhete para a mãe, escrever um diário, registrar tarefas na agenda, contar e recontar histórias, entre outras.

No entanto muitos se perguntam se é possível se pretender que aos 8 anos a criança esteja alfabetizada. Seria a Meta 2 ambiciosa demais? Três anos de escolarização são suficientes para que essa Meta seja atingida?

Na verdade, em sociedades em que a escrita tem forte presença, a criança inicia seu processo de alfabetização muito antes de chegar à escola: esse processo tem início a partir do momento em que a criança começa a se relacionar com o mundo à sua volta, imersa em um ambiente marcado pela escrita, rodeada de pessoas que escrevem, que leem. Inicialmente, é um processo de alfabetização e letramento informal, assistemático, mas que já introduz a criança no mundo da escrita.

Também o processo formal e sistemático de alfabetização tem início já antes da entrada da criança no Ensino Fundamental, quando, nas instituições

---

de Educação Infantil, ela entra em contato orientado e planejado com a língua escrita, por meio de atividades de leitura e de produção de textos promovidas pela professora ou por meio de jogos e brincadeiras que envolvem a língua escrita.

Sendo assim, não é possível fixar, como pesquisas têm comprovado, uma idade mínima para o início do processo formal de alfabetização, já que as crianças diferem em aspectos que são essenciais para a aprendizagem inicial da língua escrita: não só segundo as condições que lhes são proporcionadas na Educação Infantil, como também em relação ao contexto sociocultural a que pertencem e a seu desenvolvimento cognitivo.

No entanto qualquer criança estará pronta para a alfabetização formal quando “descobre” o princípio alfabético – a “descoberta” de que a língua escrita representa, por meio de letras (grafemas) os sons das palavras (os fonemas), e não as coisas e seres a que as palavras se referem. Se bem orientada, qualquer criança pode chegar a essa “descoberta” aos 5, 6 anos.

Assim, a Meta de que aos 8 anos cada criança esteja plenamente alfabetizada é não só desejável, mas inteiramente possível. Depois de vivenciar a Educação Infantil e três anos do Ensino Fundamental, com orientação adequada, as crianças têm plenas condições de chegar às habilidades fundamentais de alfabetização e de letramento. Considerando-se dois anos de Educação Infantil, ao completar 8 anos, a criança terá vivenciado por cinco anos o processo formal de alfabetização.

No entanto ainda é relativamente frequente no Brasil que jovens terminem o Ensino Fundamental, após nove anos de estudo, com nível precário não só de letramento, mas até mesmo de alfabetização, o que é uma injustiça social e um desrespeito com o estudante, com sua família e com a própria sociedade. A escola não tem o direito de produzir esses analfabetos funcionais. Nas sociedades modernas, o domínio da escrita é essencial, e a privação desse domínio coloca os jovens à margem de direitos fundamentais, retirando-lhes a possibilidade de exercer plenamente a cidadania. O mundo do trabalho e o mundo social impõem barreiras aos que não são letrados.

Essas barreiras, porém, muitas vezes têm se apresentado já durante o processo de escolarização. Para crianças que terminam a fase de alfabetização – chegam ao 3º ano do Ensino Fundamental, aos 8 anos – sem ter adquirido as habilidades básicas de leitura e escrita, o caminho será árduo para o prosseguimento nos estudos – o que pode provocar até mesmo o abandono da escola.

---

É preciso reconhecer que, quando o aluno não obtém sucesso nas séries iniciais de sua vida escolar, qualquer medida posterior será sempre paliativa. Turmas especiais, recuperação são medidas de remediação. Ainda que bem pensadas e realizadas, são pouco eficientes; é extremamente difícil, talvez impossível, recuperar, em pouco tempo, cinco ou seis anos de escolarização, sobretudo considerando que, em geral, são alunos que, devido ao fracasso escolar, desenvolveram baixa autoestima, descrença em suas possibilidades e desinteresse pela aprendizagem.

A solução eficiente é, pois, alfabetizar na idade certa. Daí a importância de os gestores públicos investirem vigorosamente na qualidade do ensino nos primeiros anos de escolarização, de modo que, aos 8 anos, todas as crianças estejam alfabetizadas.

Cabe perguntar: “Que critérios permitem determinar se, aos 8 anos, uma criança pode ser considerada alfabetizada?” Para responder essa pergunta, têm sido utilizados instrumentos, de âmbito estadual e nacional, de avaliação do nível de alfabetização de crianças após três anos de escolarização no Ensino Fundamental. A principal contribuição que esses instrumentos trazem é que, ao definir as habilidades que as crianças devem ter adquirido aos 8 anos, por meio de matrizes de descritores, esclarecem para escolas e professores quais são as habilidades a serem desenvolvidas na aprendizagem inicial da língua escrita. É uma contribuição importante já que não temos, no Brasil, diretrizes curriculares que definam claramente as competências de leitura e escrita a serem perseguidas na fase da alfabetização nem no Ensino Fundamental como um todo.

Essa explicitação das habilidades de leitura e de escrita que devem ser desenvolvidas no início da escolarização, de modo que a criança possa estar alfabetizada aos 8 anos, é uma contribuição fundamental para aprimorar a qualidade do ensino e é um instrumento para aprofundar a formação dos professores alfabetizadores, formação que deve ser uma prioridade para os gestores públicos.

A alfabetização é um processo bastante complexo, que exige professores muito bem formados para introduzir as crianças no mundo da escrita. No entanto os cursos de pedagogia, responsáveis pela formação dos professores para as séries iniciais do Ensino Fundamental, na sua maioria, não têm privilegiado os conteúdos e as metodologias que fundamentam esse processo e, assim, não têm formado professores com plena competência para alfabetizar.

É que costuma vigorar o falso pressuposto de que qualquer pessoa que saiba ler e escrever seria capaz de alfabetizar. É preciso muito mais do que saber ler e escrever para ser competente em ensinar outra pessoa, criança

---

ou adulto, a ler e a escrever. E esse “muito mais” só pode ser adquirido por meio de uma formação específica para alfabetizar. Talvez, o ideal fosse que tivéssemos professores formados especialmente para alfabetizar e desenvolver o letramento – o que se tem revelado praticamente impossível no sistema atual, em que se forma, para as séries iniciais do Ensino Fundamental, o professor pluralista, que tem de dominar e ser capaz de ensinar conhecimentos e habilidades das mais diversas áreas: matemática, história, geografia, ciências... e alfabetizar.

É bastante difícil que de todas essas áreas o professor adquira conhecimento dos conteúdos suficientemente para ser capaz de “simplificar sem falsificar”, como é preciso fazer nas séries iniciais, e que domine práticas pedagógicas que o habilitem a ensinar com eficiência tão diversos conteúdos.

Tem-se tentado remediar a formação insuficiente de professores das séries iniciais, entre eles os alfabetizadores, com cursos para professores já em atuação, mas esses cursos ocorrem, em geral, de forma muito pontual, com curta duração e, portanto, com resultados insuficientes.

Para que as crianças estejam alfabetizadas aos 8 anos, é, pois, fundamental que se tenha professores bem formados para alfabetizá-las. Assim, para que a Meta 2 do Todos pela Educação seja atingida, é preciso lutar por uma adequada formação dos principais responsáveis pelo alcance dessa Meta, os professores alfabetizadores, ao lado, naturalmente, da luta, paralela a esta, e igualmente importante, pela valorização do magistério, em geral, e, particularmente, do professor alfabetizador.

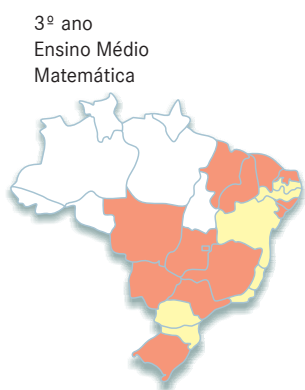
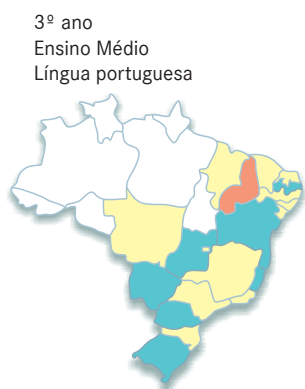
---

**Magda Becker Soares**

é professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG.



**Tabela 3.2:** Percentual de alunos com aprendizado adequado e metas para o Brasil, regiões e estados para o ano de 2009 (3º ano do Ensino Médio)<sup>1,2</sup>.



Brasil/ Região/ UF	Porcentagem de alunos acima do nível considerado adequado pelo Todos Pela Educação							
	3º ano (Ensino Médio)							
	Língua portuguesa				Matemática			
	Pública	Total	Intervalo de Confiança	Meta 2009	Pública	Total	Intervalo de Confiança	Meta 2009
<b>Brasil</b>	<b>23.3</b>	<b>28.9</b>	<b>26.8 - 31.0</b>	<b>26.3</b>	<b>5.8</b>	<b>11.0</b>	<b>9.5 - 12.4</b>	<b>14.3</b>
<b>Norte</b>	<b>18.8</b>	<b>22.1</b>	<b>19.4 - 24.8</b>	<b>16.2</b>	<b>2.6</b>	<b>4.9</b>	<b>3.8 - 6.0</b>	<b>6.7</b>
Rondônia	27.4	-	- - -	24.1	5.1	-	- - -	12.5
Acre	22.1	-	- - -	21.1	3.0	-	- - -	8.2
Amazonas	15.5	-	- - -	8.6	2.3	-	- - -	4.6
Roraima	17.1	-	- - -	22.7	4.1	-	- - -	8.7
Para	19.1	-	- - -	17.5	2.3	-	- - -	6.2
Amapá	17.6	-	- - -	23.5	1.8	-	- - -	5.3
Tocantins	17.1	-	- - -	16.5	2.6	-	- - -	9.4
<b>Nordeste</b>	<b>17.2</b>	<b>22.1</b>	<b>19.8 - 24.4</b>	<b>19.1</b>	<b>3.2</b>	<b>6.8</b>	<b>5.2 - 8.3</b>	<b>11.5</b>
Maranhão	13.4	16.1	11.1 - 21.0	12.4	2.4	4.3	2.0 - 6.6	6.9
Piauí	8.4	16.2	12.5 - 19.9	20.2	1.3	6.7	3.8 - 9.6	18.2
Ceará	19.4	25.2	21.2 - 29.2	23.8	3.5	8.1	5.4 - 10.9	16.0
Rio Grande do Norte	14.1	19.6	14.8 - 24.4	18.6	1.6	5.8	3.9 - 7.7	9.9
Paraíba	15.7	23.4	19.7 - 27.0	15.7	2.9	8.3	5.1 - 11.5	11.4
Pernambuco	14.1	20.7	14.0 - 27.4	20.1	3.1	7.3	3.1 - 11.6	10.6
Alagoas	12.4	16.8	13.8 - 19.8	18.9	2.2	5.0	3.1 - 6.8	11.7
Sergipe	18.4	25.3	19.3 - 31.4	24.9	3.3	8.7	5.0 - 12.4	16.7
Bahia	23.3	26.1	20.0 - 32.2	18.2	4.5	6.5	2.0 - 11.0	9.3
<b>Sudeste</b>	<b>26.3</b>	<b>32.8</b>	<b>28.1 - 37.4</b>	<b>29.6</b>	<b>7.7</b>	<b>13.7</b>	<b>10.5 - 16.8</b>	<b>19.4</b>
Minas Gerais	26.0	32.0	23.1 - 40.9	32.0	9.4	15.2	10.5 - 19.9	23.9
Espírito Santo	30.1	36.0	31.4 - 40.6	29.5	7.3	13.2	9.9 - 16.6	16.4
Rio de Janeiro	18.0	30.3	24.1 - 36.5	27.3	5.0	15.4	11.3 - 19.6	15.0
São Paulo	28.5	33.6	26.4 - 40.8	29.3	7.5	12.5	7.3 - 17.7	19.1
<b>Sul</b>	<b>32.4</b>	<b>38.6</b>	<b>35.2 - 42.0</b>	<b>32.2</b>	<b>10.3</b>	<b>16.5</b>	<b>13.6 - 19.3</b>	<b>21.1</b>
Paraná	31.5	37.4	31.1 - 43.6	29.4	8.7	15.1	10.0 - 20.2	20.0
Santa Catarina	22.6	31.8	26.6 - 37.0	29.5	5.8	14.9	10.2 - 19.6	19.2
Rio Grande do Sul	40.5	45.1	40.4 - 49.8	37.3	15.6	19.4	15.3 - 23.5	23.6
<b>Centro-Oeste</b>	<b>21.8</b>	<b>29.5</b>	<b>26.5 - 32.6</b>	<b>28.5</b>	<b>3.3</b>	<b>10.4</b>	<b>8.6 - 12.1</b>	<b>18.5</b>
Mato Grosso do Sul	36.9	42.4	37.1 - 47.7	33.5	8.1	14.2	10.8 - 17.6	19.5
Mato Grosso	15.3	21.0	16.0 - 25.9	25.1	1.5	6.0	2.7 - 9.3	12.0
Goiás	20.0	27.0	22.1 - 31.9	21.1	2.4	8.9	6.6 - 11.2	17.2
Distrito Federal	24.2	38.4	32.1 - 44.7	44.1	4.8	17.7	12.1 - 23.2	27.9

- Unidades da federação e regiões que atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.
- Unidades da federação e regiões cujas metas estão dentro do intervalo de confiança do indicador para 2009.
- Unidades da federação e regiões que não atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.

Fonte: Saeb (Inep-MEC)/Tabela Todos Pela Educação

Os indicadores de aprendizado para o Brasil mostram que 34,2% dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental atingiram a pontuação adequada, de acordo com o Todos Pela Educação (conforme nota 1), para língua portuguesa - percentual que está abaixo da meta para 2009. Em matemática, 32,6% dos alunos tiveram pontuação superior à mínima, superando a meta para 2009, que era de 29,1%.

No 9º ano do Ensino Fundamental, a meta de 24,7% dos alunos com aprendizado superior ao mínimo em língua portuguesa foi cumprida; mas a meta de 17,9% para matemática não foi atingida: apenas 14,8% dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental atingiram a pontuação mínima na disciplina em 2009.

No 3º ano do Ensino Médio, o Brasil recebeu a cor verde em língua portuguesa e a vermelha em matemática. Em língua portuguesa, 28,9% dos alunos obtiveram resultado adequado, e a meta era de 26,3%. Já em matemática, 11% dos alunos tiveram desempenho adequado à série, e a meta era de 14,3%.

Analisando a evolução das três séries, é possível concluir que vem ocorrendo uma melhora na qualidade da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, principalmente em matemática. Nos anos finais do Ensino Fundamental, a melhora é mais significativa em língua portuguesa. Nessa etapa, embora muitas regiões tenham se aproximado das metas em matemática, nenhuma conseguiu cumpri-las. O Ensino Médio, que já apresentava dificuldades, teve avanços tímidos em língua portuguesa e continua com problemas, principalmente em matemática.

#### **Notas:**

1 - *As metas e indicadores para o Brasil incluem alunos de escolas públicas (exceto as municipais para o 3º ano do Ensino Médio) e particulares, das áreas urbana e rural.*

*As metas e indicadores para as regiões e unidades da federação para o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental incluem somente alunos de escolas urbanas, exceto escolas federais. Já para o 3º ano do Ensino Médio, as metas e indicadores para as regiões e estados incluem somente alunos de escolas estaduais e particulares urbanas.*

*Para as unidades da federação da região Norte, os indicadores do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental incluem somente os resultados da Prova Brasil: escolas federais, estaduais e municipais com 20 alunos ou mais. Para o Ensino Médio, os indicadores incluem somente escolas estaduais urbanas.*

*Não foi verificado o cumprimento das metas pelos estados do Norte, pois a região não foi contemplada no plano amostral do Saeb 2009. Dada a necessidade de comparabilidade ao longo dos anos e a importância de indicadores para todos os estados, deixamos a nossa sugestão para que os planos amostrais das próximas avaliações da Prova Brasil e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) considerem todas as unidades da federação. A pontuação mínima na escala do Saeb estabelecida pelo Todos Pela Educação como adequada a cada série é:*

*5º ano do Ensino Fundamental – língua portuguesa: acima de 200 pontos; matemática: acima de 225 pontos.*

*9º ano do Ensino Fundamental – língua portuguesa: acima de 275 pontos; matemática: acima de 300 pontos.*

*3ª série do Ensino Médio – língua portuguesa: acima de 300 pontos; matemática: acima de 350 pontos.*

2 - *Os indicadores de aprendizado no 3º ano do Ensino Médio referem-se aos resultados do Saeb, que é amostral. Dessa forma, é necessário reportar o intervalo de confiança dos indicadores e avaliar as regiões quanto ao cumprimento por meio de três cores conforme legenda.*

**Tabela 3.3:** Evolução do percentual de alunos com aprendizado adequado por série e disciplina para as regiões e para o Brasil<sup>1,2,3</sup>.

Brasil						
<b>5º ano (4ª série) do Ensino Fundamental</b>						
% de aluno acima de 200 pontos no Saeb de Língua Portuguesa	1999	2001	2003	2005	2007	2009
% de aluno acima de 225 pontos no Saeb de Matemática	24,8	23,7	25,6	26,6	27,9	34,2
	14,4	14,9	15,1	18,7	23,7	32,6
<b>9º ano (8ª série) do Ensino Fundamental</b>						
% de aluno acima de 275 pontos no Saeb de Língua Portuguesa	1999	2001	2003	2005	2007	2009
% de aluno acima de 300 pontos no Saeb de Matemática	18,6	21,8	20,1	19,5	20,5	26,3
	13,2	13,4	14,7	13,0	14,3	14,8
<b>3ª série do Ensino Médio</b>						
% de aluno acima de 300 pontos no Saeb de Língua Portuguesa	1999	2001	2003	2005	2007	2009
% de aluno acima de 350 pontos no Saeb de Matemática	27,6	25,8	26,9	22,6	24,5	28,9
	11,9	11,6	12,8	10,9	9,8	11,0

5º ano (4ª série)												
	% de aluno acima de 200 pontos no Saeb de Língua portuguesa						% de aluno acima de 225 pontos no Saeb de Matemática					
	1999	2001	2003	2005	2007	2009	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Norte	14.7	15.5	17.1	17.4	18.4	25.4	7.2	6.5	6.7	8.0	13.1	20.1
Nordeste	16.1	13.8	16.5	16.7	18.9	23.8	7.6	7.4	8.0	9.9	14.6	20.0
Sudeste	32.6	34.7	36.1	37.8	36.0	45.7	20.3	23.3	23.8	28.0	31.6	45.8
Sul	31.8	30.0	32.4	32.7	35.1	41.5	18.3	18.9	18.9	24.3	31.2	41.1
Centro-Oeste	23.7	21.9	27.5	28.8	30.9	40.2	14.4	13.7	15.2	20.1	25.4	36.2

9º ano (8ª série)												
	% de aluno acima de 275 pontos no Saeb de Língua portuguesa						% de aluno acima de 300 pontos no Saeb de Matemática					
	1999	2001	2003	2005	2007	2009	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Norte	12.4	16.2	13.5	12.5	13.6	20.3	5.5	6.1	5.8	5.8	7.2	8.3
Nordeste	13.0	13.7	14.3	12.0	13.3	19.3	9.1	7.7	8.1	7.4	8.5	10.2
Sudeste	20.6	26.0	23.1	23.9	24.2	32.4	15.5	16.8	19.1	16.5	17.2	18.8
Sul	23.5	27.0	24.8	22.8	23.1	31.4	15.1	16.7	18.5	17.2	17.2	19.1
Centro-Oeste	18.1	20.7	20.2	18.5	19.8	27.8	13.8	12.4	13.7	11.3	13.8	15.6

3ª série do Ensino Médio												
	% de aluno acima de 300 pontos no Saeb de Língua portuguesa						% de aluno acima de 350 pontos no Saeb de Matemática					
	1999	2001	2003	2005	2007	2009	1999	2001	2003	2005	2007	2009
Norte	12.6	16.6	16.1	13.1	13.2	22.1	3.1	4.4	5.0	4.5	3.1	4.9
Nordeste	18.6	17.6	21.8	15.7	17.3	22.1	8.3	8.8	10.2	8.5	6.2	6.8
Sudeste	31.7	28.9	29.2	25.8	28.7	32.8	13.2	12.8	12.9	15.5	11.4	13.7
Sul	32.4	31.3	35.3	28.4	30.9	38.6	16.1	15.2	19.4	17.0	14.1	16.5
Centro-Oeste	30.1	29.8	28.8	24.7	24.4	29.5	13.5	13.0	13.6	14.7	9.2	10.4

- 1 - Os indicadores para o Brasil incluem alunos de escolas públicas e particulares, das áreas urbana e rural.  
 2 - Os indicadores para as regiões incluem somente alunos de escolas urbanas, exceto escolas federais.  
 3 - Devido ao plano amostral do Saeb em 2009, as escolas municipais não estão incluídas no cálculo do 3º ano do Ensino Médio.

Fonte: Prova Brasil e Saeb (Inep-MEC) / Tabulação: Todos Pela Educação

## Meta 3 do Todos Pela Educação: Todo aluno com o aprendizado adequado à sua série

**Simon Schwartzman**

Analisando os conteúdos das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), adotados também na Prova Brasil, a equipe técnica do Todos Pela Educação estabeleceu os valores mínimos considerados satisfatórios para cada um dos três níveis de estudo avaliados, a 4ª série e a 8ª série (5º e 9º anos) do Ensino Fundamental, e o 3º ano do Ensino Médio.

Segundo esse critério, a Educação brasileira teria atingido um nível satisfatório de desenvolvimento se 70% dos estudantes de cada série tivessem resultados iguais ou maiores que esses níveis em matemática e em língua portuguesa. As provas aplicadas estão em uma mesma escala de pontos, e o mínimo aceitável em língua portuguesa seria de 200 pontos na 4ª série (5º ano), 275 pontos na 8ª série (9º ano) e 300 pontos no 3º ano do Ensino Médio. Em matemática, as pontuações mínimas seriam de 225, 300 e 350.

Como as diversas regiões, estados, municípios e redes escolares estão em pontos muito diferentes, e geralmente abaixo desse nível satisfatório, foram também estabelecidas metas intermediárias, de acordo com o percentual de alunos com aprendizado em 2005, de tal forma que o Brasil pudesse atingir a meta de 70% em 2022, ano que marcará, simbolicamente, os 200 anos da Independência do País.

### A evolução do Brasil como um todo

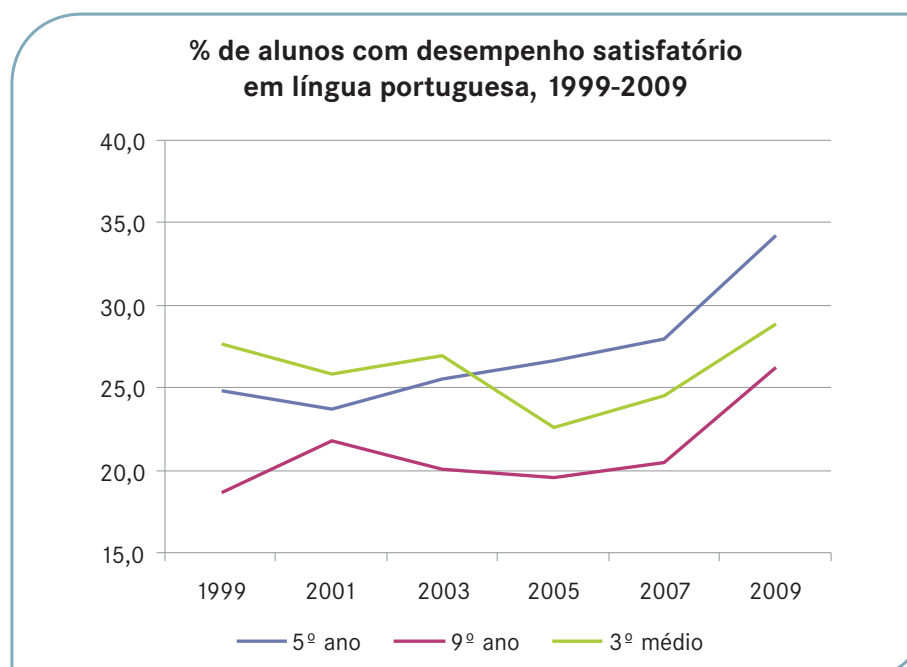
O Gráfico 1 mostra a evolução do Brasil como um todo em língua portuguesa. Na 4ª série, a porcentagem de estudantes que atingem o nível mínimo de 200 pontos evoluiu de 24,8%, em 1999, para 34,2%, em 2009. Houve uma melhora significativa, sobretudo entre 2007 e 2009; mesmo assim, cerca de 65% dos estudantes brasileiros estão abaixo do mínimo desejável de conhecimentos de língua portuguesa no 5º ano escolar.

Ao final do Ensino Fundamental, no 9º ano, observa-se também uma evolução no percentual, que passou de 18,6% para 26,5%, com melhoras importantes a partir de 2007.

Ao final do Ensino Médio, o que se observa é uma queda a partir de 1999, com uma recuperação que começa em 2005, e a chegada ao patamar de

dez anos atrás, de cerca de 28% de estudantes com um nível satisfatório de desempenho. A essa altura, muitos estudantes de baixo desempenho já abandonaram a escola, e esses valores relativamente mais altos se referem àqueles que permaneceram no sistema. Mesmo assim, mais de 70% dos alunos ao final do Ensino Médio têm um desempenho em língua portuguesa abaixo do mínimo desejável para esse nível.

Gráfico 1: Percentual de alunos com desempenho satisfatório em língua portuguesa, 1999-2009

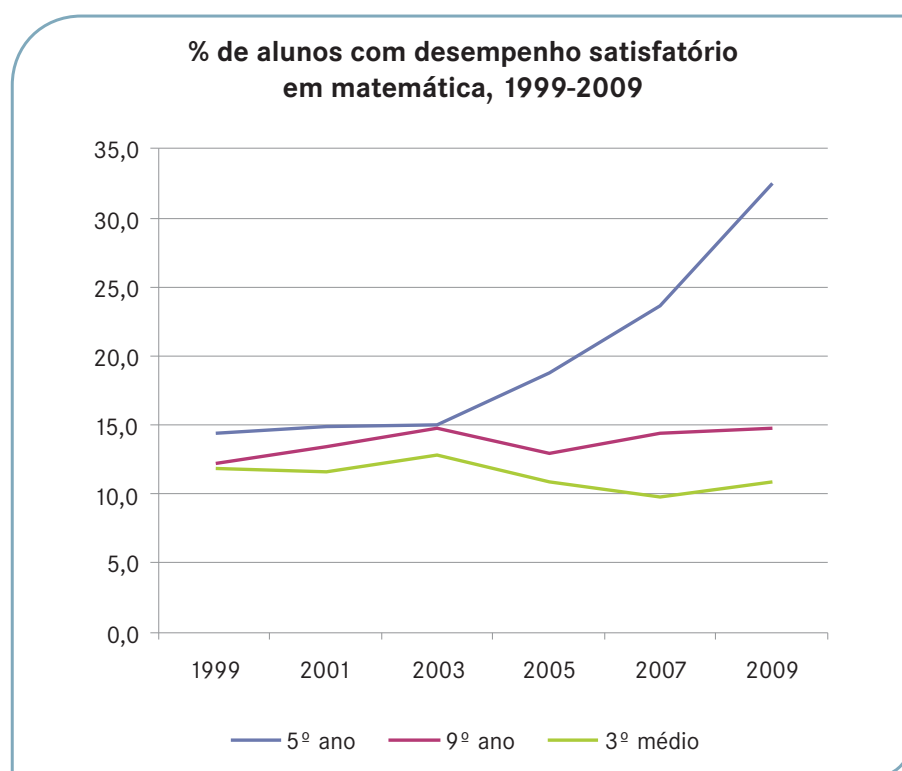


Os dados de desempenho em matemática mostram resultados bem piores do que os de língua portuguesa, com uma anomalia que ainda precisa ser mais bem compreendida (Gráfico 2). No 9º ano, o último do Ensino Fundamental, a porcentagem de alunos com desempenho satisfatório permanece em níveis muito baixos, inferiores a 15%, e não se alterou ao longo de dez anos.

No que concerne à 4ª série, no entanto, os resultados começaram a melhorar, e atingiram 30% em 2009. A dúvida é se essa melhoria recente é genuína ou se deve a algum artefato estatístico ou de mensuração, já que não parece ter havido no País uma mudança tão dramática no ensino da matemática desse nível para explicar essa evolução. Como os resultados do Saeb e da Prova Brasil se referem aos dos alunos que participaram da prova, um nível alto de abstenção na prova de matemática nessa série poderia explicar a diferença. O Ministério da Educação tem essa informação, que, no entanto, ainda não está disponível.

Uma outra possibilidade seria de que a prova de 2009 tivesse sido mais fácil que as anteriores. Embora a metodologia dessas provas, baseada na chamada Teoria de Resposta ao Item (TRI), busque evitar esse tipo de situação, uma prova voltada para medir conhecimentos de nível mais elevado, por exemplo, pode ser menos precisa para medir conhecimentos mais elementares, como é o caso do 5º ano do Ensino Fundamental.

Gráfico 2: Percentual de alunos com desempenho satisfatório em matemática, 1999-2009



## A evolução por regiões e estados

As regiões e os estados brasileiros diferem muito no desempenho escolar de seus estudantes, e isso aparece claramente nos dados. A Tabela 3.1 do relatório apresenta o percentual de alunos que conseguiram atingir os níveis mínimos desejáveis em língua portuguesa e em matemática nas diversas séries e regiões. Já as Tabelas 3.2 e 3.3 apresentam os dados de 2009 por estado, em comparação com as Metas do Todos Pela Educação.

As regiões Norte e Nordeste sistematicamente têm os piores resultados em todos os níveis; já o Sudeste consegue resultados um pouco melhores no Ensino Fundamental, e o Sul, melhores resultados no Médio. Chama a atenção, nas tabelas 3.2 e 3.3, o grande número de estados que parecem

---

ter cumprido a meta de matemática na 4ª série/5º ano; e, no quadro 3, a quase total falta de cumprimento das metas propostas para a 4ª série/5º ano em língua portuguesa, e das metas de matemática relativas à 8ª série, o último do Ensino Fundamental.

## **Avaliação geral dos resultados**

Embora os resultados globais de 2009 mostrem algum progresso no ensino de língua portuguesa nos três níveis, e um progresso ainda por ser mais bem compreendido em matemática na 4ª série, esses resultados confirmam que a Educação brasileira não vai bem, e que a pouca qualidade que existe está bastante mal distribuída entre as regiões. Uma análise mais detalhada dos correlatos sociais do desempenho, ainda não disponível para 2009, certamente confirmará que essas diferenças devem estar fortemente relacionadas com as características familiares dos estudantes.

As diferenças de desempenho entre matemática e língua portuguesa podem estar associadas também ao fato de que, se a língua portuguesa é um componente de cultura geral, que as crianças podem obter junto à família, a matemática requer um estudo sistemático, que só as escolas podem dar. Se esta hipótese estiver correta, as diferenças de desempenho em língua portuguesa não seriam uma indicação dos resultados da Educação escolar, e sim do capital cultural das famílias dos estudantes, ao passo que os baixos resultados de matemática mostrariam a dificuldade que as escolas encontram em transmitir um conhecimento mais formal e sistematizado, que seria uma de suas funções centrais.

Uma análise mais detalhada dos dados da Prova Brasil mostra que alguns estados estão conseguindo progressos importantes no 5º ano, mas poucos mostram melhoras na 8ª série e no Ensino Médio. O estabelecimento de metas quantitativas de progresso é de grande importância, na medida em que permite acompanhar os resultados que vão sendo ou não obtidos. Mas as metas não nos dizem nada, em si mesmas, sobre o que se deve fazer para superar de forma mais rápida essa situação.

Os prejuízos trazidos ao País pela má qualidade da Educação são difíceis ou impossíveis de calcular, mas certamente são muito grandes. Nos últimos anos, a economia brasileira tem crescido em grande parte pela expansão das exportações, pelas facilidades de crédito e pelo aumento do consumo, coisas que, em si mesmas, não requerem uma população especialmente bem-educada. Mas a importância da Educação não pode ser avaliada pelas necessidades de curto prazo do mercado de trabalho, e sim pelo que significa, para a sociedade, ter cidadãos criativos, capazes de entender a vida moderna e de participar dela em todos os seus aspectos, tanto econômicos quanto políticos, sociais e culturais.

---

Embora o Brasil já gaste, em termos relativos, uma proporção significativa de seu Produto Interno Bruto (PIB) com Educação – hoje estimada em cerca de 5% –, esse é ainda um valor pequeno, considerando-se as transformações profundas pelas quais o País precisa passar para que a maioria dos estudantes consiga atingir os níveis mínimos de formação requeridos pela sociedade moderna.

É importante consolidar a Educação Pré-Escolar de qualidade, que é um fator decisivo para o desempenho futuro dos estudantes; aumentar a jornada escolar de todas as etapas da Educação Básica; definir com clareza os currículos requeridos dos estudantes ao longo dos cursos; desenvolver materiais e capacitar os professores para usá-los; criar alternativas reais de formação no Ensino Médio e de cursos pós-secundários, deixando de impor a todos um currículo pesado e ao mesmo tempo superficial; melhorar o recrutamento e a qualificação dos professores – o que requer melhores salários, carreiras associadas ao desempenho e a abertura para o envolvimento de estudantes universitários e profissionais formados no ensino das disciplinas especializadas; e, por fim, abrir espaço para novas formas de administração e de gerência escolar.

Ao lado das metas de desempenho do Todos Pela Educação, são esses os desafios que precisam ser discutidos e acompanhados por toda a sociedade, para que possamos chegar a ter a Educação de que necessitamos.

---

#### **Simon Schwartzman**

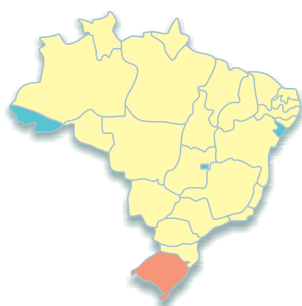
é Ph.D. em Ciências Políticas pela Universidade da Califórnia, Berkeley e presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. É membro da Academia Brasileira de Ciências e Pesquisador 1-A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq).

## Meta 4

# Todo aluno com o Ensino Médio concluído até os 19 anos

“Até 2022, 95% ou mais dos jovens brasileiros de 16 anos deverão ter completado o Ensino Fundamental e 90% ou mais dos jovens brasileiros de 19 anos deverão ter completado o Ensino Médio.”

**Tabela 4.1:** Comparação entre a taxa de conclusão do Ensino Fundamental dos **jovens de 16 anos** e a meta estabelecida pelo Todos Pela Educação para 2009, segundo região e unidades da federação.



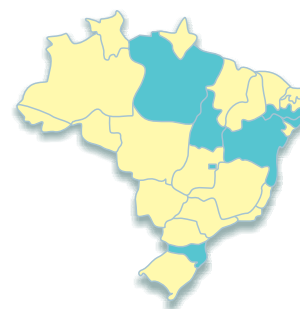
Região/UF	Observado em 2009	Intervalo de Confiança	Metas		
			2009	2010	2021
<b>Brasil</b>	<b>63,4</b>	<b>62,1 - 64,7</b>	<b>64,5</b>	<b>68,4</b>	<b>95,0</b>
<b>Região Norte</b>	<b>49,8</b>	<b>45,5 - 54,1</b>	<b>50,7</b>	<b>56,3</b>	<b>95,0</b>
Rondônia	63,7	56,2 - 71,3	56,2	61,2	95,0
Acre	66,8	56,5 - 77,2	54,5	59,7	95,0
Amazonas	50,3	44,2 - 56,4	51,1	56,7	95,0
Roraima	66,7	51,2 - 82,1	65,1	68,9	95,0
Pará	40,5	32,9 - 48,1	44,0	50,3	95,0
Amapá	57,3	36,1 - 78,4	62,9	67,0	95,0
Tocantins	64,5	55,5 - 73,6	61,4	65,7	95,0
<b>Região Nordeste</b>	<b>49,1</b>	<b>46,6 - 51,6</b>	<b>48,4</b>	<b>54,3</b>	<b>95,0</b>
Maranhão	55,5	46,2 - 64,8	46,5	52,6	95,0
Piauí	40,6	29,3 - 51,8	44,3	50,5	95,0
Ceará	60,6	55,1 - 66,1	59,5	64,1	95,0
Rio Grande do Norte	54,7	42,8 - 66,6	54,9	60,0	95,0
Paraíba	46,2	36,7 - 55,6	40,2	46,8	95,0
Pernambuco	48,2	43,8 - 52,7	47,2	53,1	95,0
Alagoas	36,4	27,3 - 45,5	37,5	44,2	95,0
Sergipe	53,3	45,2 - 61,5	44,1	50,3	95,0
Bahia	43,6	39,1 - 48,2	47,9	53,8	95,0
<b>Sudeste</b>	<b>73,3</b>	<b>71,3 - 75,4</b>	<b>75,9</b>	<b>78,2</b>	<b>95,0</b>
Minas Gerais	67,9	64,0 - 71,8	70,1	73,3	95,0
Espírito Santo	70,3	61,6 - 78,9	67,8	71,3	95,0
Rio de Janeiro	65,5	61,1 - 70,0	67,4	70,9	95,0
São Paulo	79,6	76,6 - 82,6	82,6	84,0	95,0
<b>Região Sul</b>	<b>72,6</b>	<b>69,5 - 75,8</b>	<b>73,9</b>	<b>76,5</b>	<b>95,0</b>
Paraná	76,6	71,5 - 81,7	72,2	75,1	95,0
Santa Catarina	79,0	72,6 - 85,4	81,0	82,7	95,0
Rio Grande do Sul	64,7	59,9 - 69,5	71,2	74,2	95,0
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>70,6</b>	<b>66,9 - 74,2</b>	<b>66,2</b>	<b>69,9</b>	<b>95,0</b>
Mato Grosso do Sul	60,3	52,8 - 67,8	65,3	69,1	95,0
Mato Grosso	66,5	56,9 - 76,0	64,8	68,7	95,0
Goiás	71,8	66,3 - 77,3	66,6	70,3	95,0
Distrito Federal	82,2	77,2 - 87,3	68,2	71,6	95,0

- Unidades da federação e regiões que atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.
- Unidades da federação e regiões cujas metas estão dentro do intervalo de confiança do indicador para 2009.
- Unidades da federação e regiões que não atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.

Fonte: Pnad - IBGE/ Avaliação Todos Pela Educação

**Tabela 4.2:** Comparação entre a taxa de conclusão do Ensino Médio dos jovens de 19 anos e a meta estabelecida pelo Todos Pela Educação para 2009, segundo região e unidades da federação.

Região/UF	Observado em 2009	Intervalo de Confiança	Metas		
			2009	2010	2021
<b>Brasil</b>	<b>50,2</b>	<b>48,8 - 51,7</b>	<b>46,5</b>	<b>49,7</b>	<b>90,0</b>
<b>Região Norte</b>	<b>36,6</b>	<b>33,4 - 39,8</b>	<b>32,4</b>	<b>36,4</b>	<b>90,0</b>
Rondônia	45,8	37,3 - 54,4	41,5	45,0	90,0
Acre	35,7	25,4 - 46,0	35,2	39,1	90,0
Amazonas	35,9	29,4 - 42,4	37,1	40,8	90,0
Roraima	56,7	37,8 - 75,6	46,7	49,9	90,0
Pará	31,7	26,7 - 36,6	25,4	29,5	90,0
Amapá	38,4	22,8 - 54,1	41,9	45,4	90,0
Tocantins	49,5	41,4 - 57,6	37,7	41,5	90,0
<b>Região Nordeste</b>	<b>37,1</b>	<b>34,8 - 39,5</b>	<b>30,5</b>	<b>34,5</b>	<b>90,0</b>
Maranhão	34,9	26,8 - 42,9	28,6	32,7	90,0
Piauí	34,3	22,4 - 46,2	25,3	29,4	90,0
Ceará	41,1	35,9 - 46,2	36,0	39,8	90,0
Rio Grande do Norte	35,2	23,3 - 47,0	40,8	44,4	90,0
Paraíba	30,6	19,7 - 41,4	25,0	29,1	90,0
Pernambuco	40,8	35,7 - 46,0	33,1	37,1	90,0
Alagoas	37,3	29,3 - 45,2	22,7	26,8	90,0
Sergipe	32,4	20,2 - 44,6	31,0	35,0	90,0
Bahia	36,9	33,1 - 40,8	28,2	32,2	90,0
<b>Sudeste</b>	<b>59,7</b>	<b>57,2 - 62,2</b>	<b>57,6</b>	<b>60,1</b>	<b>90,0</b>
Minas Gerais	48,4	44,3 - 52,6	48,7	51,7	90,0
Espírito Santo	52,1	42,1 - 62,2	51,4	54,2	90,0
Rio de Janeiro	54,0	48,9 - 59,2	52,4	55,3	90,0
São Paulo	68,3	64,4 - 72,1	64,5	66,4	90,0
<b>Região Sul</b>	<b>60,5</b>	<b>56,8 - 64,1</b>	<b>56,9</b>	<b>59,4</b>	<b>90,0</b>
Paraná	62,4	56,4 - 68,3	60,3	62,5	90,0
Santa Catarina	69,1	60,9 - 77,3	59,2	61,5	90,0
Rio Grande do Sul	53,1	47,6 - 58,5	52,0	54,9	90,0
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>49,5</b>	<b>46,1 - 52,8</b>	<b>45,8</b>	<b>49,1</b>	<b>90,0</b>
Mato Grosso do Sul	48,7	39,9 - 57,5	42,1	45,6	90,0
Mato Grosso	43,2	35,7 - 50,6	40,3	43,9	90,0
Goiás	46,0	40,7 - 51,3	45,4	48,7	90,0
Distrito Federal	64,7	58,5 - 70,9	56,0	58,6	90,0



- Unidades da federação e regiões que atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.
- Unidades da federação e regiões cujas metas estão dentro do intervalo de confiança do indicador para 2009.
- Unidades da federação e regiões que não atingiram as metas propostas pelo Todos Pela Educação para 2009.

Nota: Os indicadores foram obtidos por meio da Pnad, que é amostral. Dessa forma, é necessário reportar o intervalo de confiança dos indicadores e avaliar as regiões quanto ao cumprimento por meio de três cores na legenda.

**Tabela 4.3:** Taxa de conclusão do Ensino Fundamental dos **jovens de 16 anos**, segundo região (1999-2009).

Brasil e Regiões	Taxas de Conclusão (%)									
	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	40,8	46,7	49,8	54,1	55,5	56,6	58,8	60,5	61,5	63,4
Norte	29,3	32,7	38,9	39,4	36,5	38,9	46,0	47,5	50,1	49,8
Nordeste	20,7	25,2	28,0	31,7	34,5	38,2	40,8	42,0	44,8	49,1
Sudeste	53,6	61,6	63,8	69,7	71,5	70,8	71,5	73,7	74,4	73,3
Sul	54,8	60,5	66,0	64,9	71,4	66,6	68,3	70,6	69,3	72,6
Centro-Oeste	39,1	46,1	49,4	54,2	57,4	59,7	60,2	63,7	64,5	70,6

Fonte: Pnad – IBGE / Tabulação Todos Pela Educação.

Nota: Em 2000, não foi realizada a Pnad, como ocorre nos anos em que é feito o Censo Demográfico. Desta forma, para fins de comparação metodológica, excluímos a informação daquele ano.

As tabelas 4.3. e 4.4. apresentam a evolução nas taxas de conclusão do Ensino Fundamental, até os 16 anos, e Médio, até os 19 anos. Em 1999, 40,8% dos jovens de 16 anos haviam concluído o Ensino Fundamental. Em 2009, o percentual de conclusão foi de 63,4%, o que representa um aumento de 55,4%. Embora o indicador tenha sofrido um grande incremento, a meta intermediária proposta pelo Todos Pela Educação esta dentro do intervalo de confiança.

Com relação ao Ensino Médio, a melhora no indicador foi maior: comparando o percentual de jovens de 19 anos que havia concluído o Ensino Médio em 1999 (25,4%) com o percentual que terminou a mesma etapa da Educação Básica em 2009 (50,2%), verifica-se o aumento de 97,6% neste indicador. Assim, a meta intermediária proposta para o ano de 2009 foi superada.

**Tabela 4.4:** Taxa de conclusão do Ensino Médio dos **jovens de 19 anos**, segundo região (1999-2009).

Brasil e Regiões	Taxas de Conclusão (%)									
	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	25,4	32,1	34,5	36,3	38,1	39,8	44,1	44,9	47,1	50,2
Norte	18,4	16,8	22,7	23,5	22,6	26,0	28,9	32,3	36,3	36,6
Nordeste	13,2	17,0	17,2	18,8	21,5	23,2	27,0	28,8	30,8	37,1
Sudeste	33,0	43,9	46,2	48,5	50,3	52,3	56,7	57,1	58,8	59,7
Sul	32,4	38,8	42,7	44,8	50,8	50,5	55,6	51,2	54,8	60,5
Centro-Oeste	24,8	27,8	34,7	35,3	38,1	40,1	41,5	45,2	48,0	49,5

Fonte: Pnad – IBGE / Tabulação Todos Pela Educação.

Nota: Em 2000, não foi realizada a Pnad, como ocorre nos anos em que é feito o Censo Demográfico. Desta forma, para fins de comparação metodológica, excluímos a informação daquele ano.

Nas duas tabelas abaixo é possível observar que as taxas de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio são significativamente maiores nas faixas de rendimento familiar mais elevadas. Em 2009, somente 37,3% dos jovens de 16 anos pertencentes a famílias com renda per capita de até um quarto de salário mínimo concluíam o Ensino Fundamental; nas famílias com rendimentos por pessoa superiores a cinco salários mínimos, 96,8% dos jovens de 16 anos encerravam essa etapa do ensino.

**Tabela 4.5:** Evolução da taxa de conclusão do **Ensino Fundamental** dos **jovens de 16 anos** segundo faixa de renda (%).

Classe de rendimento familiar per capita	Evolução da Taxa de Conclusão aos 16 anos (%)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Até ¼ salário mínimo	24,5	27,8	26,3	32,4	32,2	37,3
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	35,4	41,1	41,4	45,3	46,9	50,7
Mais de ½ até 1 salário mínimo	56,3	59,1	56,3	62,2	62,5	65,8
Mais de 1 até 2 salários mínimos	77,1	76,2	77,0	81,2	79,0	81,7
Mais de 2 até 3 salários mínimos	84,4	82,0	88,0	87,0	90,2	87,8
Mais de 3 até 5 salários mínimos	88,2	90,9	92,5	90,3	96,1	91,3
Mais de 5 salários mínimos	93,8	94,2	92,4	94,4	93,1	96,8

Fonte: Pnad – IBGE / Tabulação Todos Pela Educação.

**Tabela 4.6:** Evolução da taxa de conclusão do **Ensino Médio** dos **jovens de 19 anos** segundo faixa de renda (%).

Classe de rendimento familiar per capita	Evolução da Taxa de Conclusão aos 19 anos (%)					
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Até ¼ salário mínimo	7,6	8,4	13,0	16,3	13,7	17,2
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	15,7	18,2	16,6	20,8	22,9	26,7
Mais de ½ até 1 salário mínimo	28,0	33,1	33,2	37,8	41,5	44,7
Mais de 1 até 2 salários mínimos	53,5	57,5	57,6	61,6	63,4	66,6
Mais de 2 até 3 salários mínimos	71,8	74,0	75,3	83,4	76,2	78,9
Mais de 3 até 5 salários mínimos	80,9	84,4	85,6	86,7	83,6	88,6
Mais de 5 salários mínimos	82,5	87,1	90,9	90,6	90,3	93,6

Fonte: Pnad – IBGE / Tabulação Todos Pela Educação.

Para mais informações sobre os percentuais de conclusão por cor, gênero e zona rural ou urbana, consulte o relatório completo no site [www.todospelaeducacao.org.br](http://www.todospelaeducacao.org.br).

## O avanço educacional brasileiro

**Naercio Menezes Filho**

Depois de anos de crescimento muito lento, o acesso à Educação no Brasil nas últimas duas décadas tem avançado rapidamente. Os números destacados no relatório “De olho nas Metas” são notáveis. Podemos observar, por exemplo, que a taxa de conclusão do Ensino Fundamental dos jovens de 16 anos no Nordeste mais que dobrou entre 1999 e 2009, e a dos jovens de 19 anos no Ensino Médio quase triplicou no mesmo período. A taxa de conclusão do Ensino Médio nas demais regiões do País aumentou entre 80% e 99%. São avanços significativos.

Quais as causas desses avanços? Tudo começou com a Constituição de 1988, que descentralizou a alocação de recursos educacionais para os municípios e estabeleceu limites mínimos de gastos para todas as unidades da federação. Em seguida, surgiram os programas de progressão continuada, que evitaram as altas taxas de repetência dos anos 1970 e 1980 e regularizaram o fluxo escolar, diminuindo a defasagem entre idade e série. Depois, surgiram os programas Bolsa Escola e Bolsa Família, que fizeram com que até as famílias mais pobres colocassem os filhos na escola.

Em seguida, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que entrou em vigor em 1998, fez com que a alocação de recursos dependesse não somente das receitas dos estados e municípios, mas também do número de alunos matriculados no Ensino Fundamental. Finalmente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), aprovado em 2007, incluiu a Educação Infantil e o Ensino Médio na conta da distribuição de recursos para os estados e municípios, o que deu o impulso final para esses dois ciclos.

Cabe ressaltar também a importância dos diferenciais de salário associados à Educação, ou seja, quanto as pessoas ganham financeiramente pelo tempo de estudo. Eles são muito elevados no Brasil, e constituem um fator adicional de atratividade para a permanência na escola. Em 1992, o diferencial de salário médio entre as pessoas com Ensino Fundamental completo e as analfabetas era de 200% (ou seja, três vezes maior). Com o aumento da taxa de conclusão do Ensino Fundamental, o diferencial declinou em 2009 para 99%, ainda assim elevado em comparação a outros países.

O diferencial salarial entre uma pessoa com Ensino Médio completo e uma que concluiu o Ensino Fundamental era de 31% em 1992; ele aumentou

---

para 45% em 2002, e retornou para 31% em 2009, devido ao aumento da oferta de vagas na última etapa da Educação Básica. Entretanto, muitas vezes o maior atrativo para a conclusão do Ensino Médio não é o salário associado ao final desse ciclo, mas sim aquele associado ao nível superior, que atualmente se encontra em 146%. Afinal, é necessário concluir o Ensino Médio para frequentar o Ensino Superior.

É interessante ressaltar que mais recentemente, até mesmo o diferencial associado ao Ensino Superior está declinando, à medida que a nova geração de formandos do Ensino Médio ingressa nesse nível de ensino, auxiliada por medidas como o Programa Universidade para Todos (Prouni), por exemplo. O único nível de ensino cujo diferencial tem aumentado nos últimos anos é a pós-graduação, que passou de 27% (com relação ao nível superior completo) em 1992 para 62% em 2009.

Apesar do avanço notável obtido na Educação, há muito ainda por fazer. As taxas de conclusão nas regiões Sul e Sudeste têm crescido em níveis mais modestos nos últimos anos, atingindo 75% no Ensino Fundamental e 60% no Ensino Médio, aos 19 anos de idade. Por terem sido historicamente mais altas do que nas outras regiões do País, as taxas de conclusão nessas regiões agora tendem a avançar mais lentamente, uma vez que os obstáculos enfrentados pelos jovens que continuam fora da escola para ingressar nos sistemas de ensino são maiores. Os percentuais atuais ainda são bastante insatisfatórios, especialmente se comparados com os de países mais desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, 90% dos jovens completam o Ensino Médio, e na Coreia, 95%.

Para aumentar a escolaridade no Ensino Médio, os desafios são grandes. As pesquisas mais recentes mostram que para melhorar o acesso e a qualidade da Educação é necessário agir desde cedo. Assim, o atendimento à creche e à Pré-Escola é muito importante. As taxas de retorno social das políticas públicas são muito maiores se forem direcionadas aos primeiros anos de vida da criança. É nessa época que são formadas as suas habilidades cognitivas e não cognitivas. Assim, quando uma nova geração tem acesso a uma Educação Infantil de qualidade, ela tende a permanecer mais tempo na escola, chegando possivelmente até o nível superior. Esse fator é mais importante para as famílias mais pobres, cujos pais não permaneceram muito tempo na escola. No caso brasileiro, só recentemente nós conseguimos atingir 70% de cobertura na Pré-Escola.

Além disso, é necessário também tornar o Ensino Médio mais atraente para o aluno. Quando o mercado de trabalho está aquecido, como nos dias de hoje, o jovem que está mais interessado em comprar um par de tênis do que em pensar em perspectivas de trabalho no longo prazo abandona a escola. Mesmo que seja somente por um emprego sem grandes chances de

---

crescimento futuro. Quanto mais a economia estiver crescendo e gerando empregos para os não qualificados, mais custoso é para os jovens continuar na escola.

Outro ponto é que, em 2009, 19% dos jovens de 18 e 19 anos não estavam nem estudando nem trabalhando. Entre as mulheres, esse índice chegava a 30%. É um público que desistiu da escola mesmo sem estar trabalhando, provavelmente porque entendeu que a matéria ensinada não era útil para o ingresso no mercado de trabalho. Assim, é necessário que o Ensino Médio seja mais voltado para o que jovem precisa. Escolas técnicas e profissionalizantes são fundamentais nesse sentido, desde que consigam operar com custos baixos.

Também é essencial cobrar dos governantes prioridade para a Educação. Daí a importância da criação de um índice único de qualidade da Educação, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e das metas estabelecidas pelo governo e pelo movimento Todos Pela Educação. Com indicadores simples e a mobilização da sociedade, a população pode comparar as notas dos municípios e cobrar dos representantes eleitos uma atitude mais firme com relação à Educação, apesar de os efeitos das políticas educacionais serem sentidos somente a longo prazo.

Acredito que a sociedade brasileira tenha ingressado num círculo educacional virtuoso desde o final do século passado. Esse é o momento em que a maioria da população converge para uma melhora educacional. Até mesmo os indicadores de qualidade de Educação, que vinham tendo um desempenho desastroso com relação aos demais países do mundo, começaram a melhorar recentemente. Isso é reflexo do aumento da escolaridade dos pais, do acesso à Pré-Escola e da mobilização da sociedade. Em breve, deveremos observar melhoras mais significativas na qualidade da Educação. Porém, isso não significa que podemos diminuir a pressão por avanços, pois sempre há riscos de retrocesso. Não devemos parar de avaliar o aprendizado em todos os níveis, de acompanhar os indicadores de acesso e de pressionar os governantes por mudança. Só assim atingiremos níveis educacionais compatíveis com o nosso desenvolvimento econômico.

---

**Naercio Menezes Filho**

é professor titular (cátedra IFB) e coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, professor associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), colunista do jornal Valor Econômico e consultor da Fundação Itaú Social.

## Meta 5

# Investimento em Educação ampliado e bem gerido

*“Até 2010, mantendo-se até 2022, o investimento público em Educação Básica deverá ser de 5% ou mais do PIB.”*

**Tabela 5.1:** Estimativa do percentual do investimento público direto na Educação Básica com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por **nível de ensino**, Brasil, 2000-2009.

Percentual do Investimento Público Direto em relação ao PIB					
Ano	Níveis de Ensino				
	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio
			De 1 <sup>a</sup> a 4 <sup>a</sup> séries ou anos iniciais	De 5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries ou anos finais	
2000	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5
2001	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6
2002	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4
2003	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5
2004	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5
2005	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4
2006	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6
2007	3,8	0,4	1,5	1,4	0,6
2008	4,0	0,4	1,5	1,5	0,7
2009	4,3	0,4	1,6	1,6	0,7

Fonte: Inep/MEC

**Tabela 5.2:** Estimativa do investimento público direto em Educação **por estudante** com os valores corrigidos para 2008 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por **nível de ensino**, e a razão da Educação Superior sobre a Educação Básica, Brasil, 2000-2009.

Investimento Público Direto por Estudante (em Reais)								
Ano	Níveis de Ensino							
	Total em todos os níveis	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	Razão da Educação superior sobre a Educação Básica
				Anos iniciais	Anos finais			
2000	1.739	1.448	1.656	1.424	1.453	1.381	16.002	11,1
2001	1.801	1.501	1.495	1.407	1.583	1.571	15.815	10,5
2002	1.796	1.487	1.408	1.643	1.526	4.406	14.994	10,1
2003	1.799	1.511	1.620	1.592	1.512	1.269	13.137	8,7
2004	1.903	1.615	1.726	1.709	1.728	1.181	13.299	8,2
2005	2.203	1.714	1.634	1.912	1.821	1.195	13.524	7,9
2006	2.356	2.046	1.769	2.106	2.312	1.635	13.640	6,7
2007	2.725	2.390	2.159	2.512	2.617	1.916	14.459	6,1
2008	3.124	2.746	2.302	2.880	3.073	2.214	15.399	5,6
2009	3.353	2.948	2.257	3.177	3.314	2.317	15.452	5,2

Fonte: Inep/MEC

A tabela abaixo mostra que o gasto educacional por aluno não tem relação direta com a região geográfica – por exemplo, o Sergipe investia R\$ 3.111,59 por aluno na Educação Básica em 2009; já Alagoas, estado vizinho, investia R\$ 2.070,23 no mesmo período. Também não há relação direta com a renda média do estado: o Rio Grande do Sul apresentava investimento de R\$ 2.369,02 e tem renda média de R\$ 774,00, ao passo que Rondônia apresentava investimento de R\$ 2.410,95 e renda média de R\$ 553,00.

**Tabela 5.3:** Gasto educacional **por aluno** na Educação Básica para 2009, por unidade da federação e Brasil.

	Gasto Educacional por Aluno da Educação Básica
Brasil	2.948,00
Acre	3.269,33
Alagoas	2.070,23
Amapá	3.729,39
Amazonas	1.868,07
Bahia	1.766,94
Ceará	2.759,14
Distrito Federal	4.834,43
Espírito Santo	3.687,37
Goiás	2.691,80
Mato Grosso do Sul	3.481,96
Mato Grosso	2.510,95
Maranhão	2.033,48
Minas Gerais	2.445,80
Pará	2.006,35
Paraná	2.301,10
Paraíba	1.802,39
Pernambuco	2.157,11
Piauí	2.120,53
Rio de Janeiro	2.773,33
Rio Grande do Norte	2.038,18
Rio Grande do Sul	2.369,02
Rondônia	2.410,95
Roraima	4.365,37
Santa Catarina	2.052,57
São Paulo	2.930,56
Sergipe	3.111,59
Tocantins	2.946,82

Fonte: Dados Brasil - Inep/MEC, Unidades da Federação - Seripe. Tabulação: Todos Pela Educação.

## É adequada a meta de investimento de 5% do PIB em Educação?

**Samuel Pessôa**

A Meta 5 do movimento Todos Pela Educação estabelece que até 2010, mantendo até 2022, o investimento público em Educação Básica deverá ser de 5% ou mais do Produto Interno Bruto (PIB).<sup>[1]</sup>

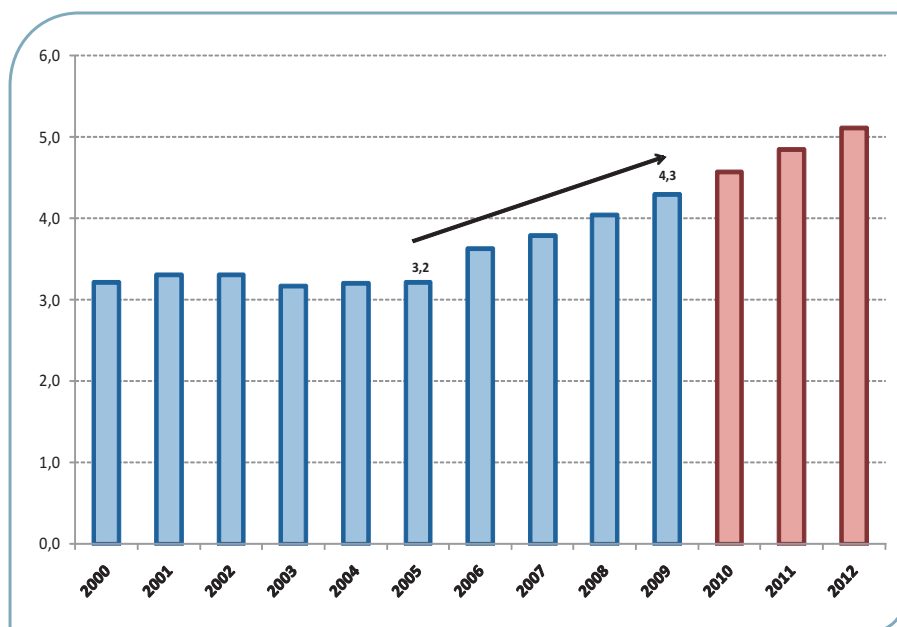
Recentemente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação (MEC), divulgou a atualização dos dados do gasto em Educação para o ano de 2009. A Tabela 1 apresenta o investimento público direto em Educação por nível de ensino como proporção do PIB. O investimento público direto exclui os gastos com a aposentadoria dos professores e demais servidores da área educacional, bem como os gastos com bolsas de estudo e financiamento educacional.<sup>[2]</sup>

Tabela 1 - Estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao PIB, por **nível de ensino**, Brasil 2000-2009

Percentual do Investimento Público Direto em relação ao PIB							
Ano	Níveis de Ensino						
	Total em todos os Níveis	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior
				De 1ª a 4ª séries ou anos iniciais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais		
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4	0,8
2003	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2005	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7
2006	4,3	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7
2007	4,5	3,8	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7
2008	4,7	4,0	0,4	1,5	1,5	0,7	0,7
2009	5,0	4,3	0,4	1,6	1,6	0,7	0,7

O investimento público com a Educação Básica como proporção do PIB, que resulta da soma do gasto com a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, elevou-se continuamente a partir de 2005 até 2009, último dado divulgado. O Gráfico 1 ilustra que nos cinco anos que transcorreram de 2005 até 2009 o gasto elevou-se de 3,2% do PIB para 4,3%. Se esse ritmo de crescimento for mantido nos próximos anos, a Meta 5 – de 5% do PIB de investimento público direto na Educação Básica – será atingida apenas em 2012, como ilustrado pelas barras vermelhas no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução do investimento público direto como proporção do PIB



A Tabela 2 apresenta o investimento público por aluno nos diversos níveis educacionais em reais de 2009 deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE. Houve forte crescimento no investimento público por aluno nos últimos anos. Para o período de 2005 até 2009, o investimento público por aluno no Ensino Básico cresceu 72% em termos reais, atingindo, em 2009, R\$2.948, para uma base de R\$1.714, em 2005.

Ao longo deste período também se avançou muito na correção da maior distorção do investimento público brasileiro em Educação, que é o desequilíbrio entre o investimento público por aluno no Ensino Básico em comparação ao investimento por aluno no sistema público de Educação superior. De 2000 até 2009, o desequilíbrio caiu à metade. Como documentado na última coluna da Tabela 2, em 2000 o setor público

gastava com cada aluno do Ensino Superior 11,1 vezes mais do que com um aluno do Ensino Básico, e hoje essa razão reduziu-se para 5,2. A boa notícia foi que a correção do desequilíbrio foi conseguida sem redução do gasto por aluno no Ensino Superior, mas com elevação do gasto por aluno na Educação Básica.

Tabela 2 - Estimativa do Investimento Público Direto em Educação **por estudante** com os valores corrigidos para 2009 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), **por nível de ensino**, e a Razão da Educação Superior sobre a Educação Básica, Brasil 2000-2009

Investimento Público Direto por Estudante (em Reais)								
Ano	Níveis de Ensino							
	Total em todos os níveis	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	Razão da Educação superior sobre a Educação Básica
				Anos iniciais	Anos finais			
2000	1.739	1.448	1.656	1.424	1.453	1.381	16.002	11,1
2001	1.801	1.501	1.495	1.407	1.583	1.571	15.815	10,5
2002	1.796	1.487	1.408	1.643	1.526	1.106	14.994	10,1
2003	1.799	1.511	1.620	1.592	1.512	1.269	13.137	8,7
2004	1.903	1.615	1.726	1.709	1.728	1.181	13.299	8,2
2005	2.023	1.714	1.634	1.912	1.821	1.195	13.524	7,9
2006	2.356	2.046	1.769	2.106	2.312	1.635	13.640	6,7
2007	2.725	2.390	2.159	2.512	2.617	1.916	14.459	6,0
2008	3.124	2.746	2.302	2.880	3.073	2.214	15.399	5,6
2009	3.353	2.948	2.257	3.177	3.314	2.317	15.452	5,2

Tabela 3 - Investimento em Educação **por aluno e por nível de ensino** como proporção do PIB per capita. Diversos países

Percentual do Investimento Público Direto por Estudante em relação ao PIB per capita								
País	Níveis de Ensino							
	Total em todos os níveis	Educação Básica	Educação Infantil	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Educação Superior	Razão da Educação superior sobre a Educação Básica
				Anos iniciais	Anos finais			
Média OCDE	25		18	20	22	26	40	1,9
Estados Unidos	31		20	22	23	25	58	2,6
Japão	28		13	22	25	27	42	1,8
Coréia do Sul	28		15	20	24	36	34	1,5
Chile	22		24	16	16	16	47	2,9
Brasil*	20	18	14	19	20	14	94	4,8

---

É extremamente difícil sabermos qual seria o investimento adequado por aluno. A Tabela 3 apresenta o investimento por aluno como proporção do PIB em uma seleção de países, incluindo o Brasil (última linha), e a média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) (primeira linha). Aparentemente, o investimento público direto por aluno como proporção do PIB per capita está em linha com o investimento público observado nos países incluídos na Tabela 3. Ainda destoamos da norma internacional no investimento público com o Ensino Superior. Gastamos aproximadamente o dobro por aluno do que os países incluídos na Tabela 3.

É adequada a Meta de investimento público direto em Educação Básica de 5% do PIB? Uma forma de avaliarmos a calibragem da Meta 5 é verificar como o investimento público direto em Educação se comporta em diferentes países. A Unesco disponibiliza uma base de dados com inúmeras informações de gasto público em Educação em diversos países.<sup>[3]</sup>

Conseguimos informação do investimento público em Educação de 144 países nos diversos níveis para o período 2000-2008, e informação de PIB per capita da base de dados da Universidade da Pensilvânia, conhecida como Penn World Table. Na média dos 144 países, o investimento em Educação foi de 4,9% do PIB. Adicionalmente, não há correlação – nem positiva nem negativa – entre o investimento público em Educação como proporção do PIB e o PIB per capita.<sup>[4]</sup>

Assim, a meta de 5% de investimento público direto em Educação na Educação Básica parece ser suficiente em função da experiência internacional. Evidentemente, devido ao enorme atraso educacional de nossa sociedade, é possível defender-se meta mais ambiciosa do gasto. Mas antes é necessário saber se a gestão do investimento em Educação é adequada. Tratemos desse tema agora.

Em recente trabalho, Ferraz e colaboradores (2009)<sup>[5]</sup> documentaram que não há entre os municípios brasileiros qualquer relação direta entre o investimento em Educação por aluno e o desempenho do aluno na Prova Brasil em língua portuguesa e matemática.<sup>[6]</sup> Assim, a menos que haja um claro diagnóstico dos motivos de o maior gasto não redundar em melhor desempenho, temos dificuldade de defender elevações adicionais do investimento público em Educação. Dito de outra forma, a elevação do investimento em Educação pública deve vir acompanhada de medidas que aumentem a probabilidade de o gasto adicional resultar em elevação da qualidade.

Uma primeira medida seria a construção de um indicador da eficiência do gasto governamental. Com a quantidade e a qualidade da informação disponível, é possível avaliar qual seria o desempenho de uma rede escolar, seja municipal ou estadual, em função das diversas características da rede, tais como o gasto por aluno, as variáveis socioeconômicas do município, etc. Sempre que o desempenho fosse muito diferente do desempenho esperado

---

em função das características da cidade, haveria um acompanhamento mais próximo da sociedade e do MEC. Pode ser para melhor ou para pior. Boas práticas devem ser difundidas, e as redes que apresentam desempenho muito ruim também devem ser acompanhadas.

O trabalho recente de Ferraz e colaboradores documentou que há uma forte relação entre a corrupção municipal na área educacional e o desempenho dos alunos da rede municipal na Prova Brasil. A partir de uma base de dados que consolida os resultados das auditorias efetuadas pela Controladoria Geral da União (CGU), os autores conseguiram determinar um vínculo entre o desempenho dos alunos da Prova Brasil e a incidência de corrupção associada à Educação.

Se tivéssemos um bom indicador da eficiência da gestão na área educacional, o que é perfeitamente possível com as informações de que dispomos, seria possível inverter os termos do trabalho de Ferraz e colaboradores. Utilizaríamos o desempenho do município em Educação como um indicador da existência de corrupção na gestão educacional.

Assim, um dos critérios empregados pela CGU para escolher os municípios que seriam auditados anualmente seria o desvio para menos em relação ao desempenho esperado na prova Brasil, dadas as características do município. Essa política pública seria divulgada, e todos os prefeitos saberiam que se o desempenho de seu município na Prova Brasil fosse muito abaixo do esperado, a chance de se depararem com uma equipe de auditores da CGU seria muito elevada. Provavelmente o número de casos de corrupção ligada à área educacional seria menor, e, conseqüentemente, a qualidade da Educação se elevaria.

---

### Samuel Pessôa

é pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

#### Notas

[1] Ver <http://www.todospelaeducacao.org.br/institucional/as-5-metas>.

[2] Segundo o site do Inep: "Nessas informações não constam os valores despendidos pelos entes federados com Aposentadorias e Pensões, Investimentos com bolsas de estudo, financiamento estudantil e despesas com juros, amortizações e encargos da dívida da área educacional". Ver [http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/indicadores\\_financeiros/P.T.D.\\_nivel\\_ensino.htm](http://www.inep.gov.br/estatisticas/gastoseducacao/indicadores_financeiros/P.T.D._nivel_ensino.htm).

[3] Ver <http://stats.uis.unesco.org/unesco/ReportFolders/ReportFolders.aspx>.

[4] O coeficiente de correlação de 1,5% não é significativo do ponto de vista estatístico.

[5] Ver Cláudio Ferraz; Frederico Finan; Diana Moreira, "Corrupting Learning: Evidence from Missing Federal Education Funds in Brazil", 2009, documento de trabalho baixado do sítio eletrônico <http://sites.google.com/site/claufferraz/research>.

[6] Trabalho citado anteriormente, Figura 3.

## De Olho nas Metas 2010

---

### **COORDENAÇÃO GERAL**

Priscila Cruz

### **COORDENAÇÃO TÉCNICA**

Regina Madalozzo - Coordenadora

Carolina Flores Gomes

Ernesto Martins Faria

Simone Harnik

### **SUPERVISÃO EDITORIAL**

Andrea Bergamaschi

Camilla Salmazi

Carolina Carvalho Fernandes

Maria Lucia Meirelles Reis

### **COLABORADORES**

Ana Lucia Sabóia

Magda Becker Soares

Naercio Menezes Filho

Samuel Pessôa

Simon Schwartzman

### **REVISÃO**

Fátima Mendonça Couto

### **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Linea Computação Gráfica e Editoração

---

Este material é o sumário executivo do **De Olho nas Metas 2010**, o relatório anual de acompanhamento das 5 Metas do movimento Todos Pela Educação.

O **Todos Pela Educação** é um movimento da sociedade civil que tem como missão contribuir para a garantia do direito de todas as crianças e jovens do Brasil à Educação Básica de qualidade até 2022, ano do bicentenário da Independência do País.

Com base em 5 Metas claras e objetivas, o movimento trabalha para a melhora da qualidade e para o fortalecimento da Educação pública. Conheça as metas:

**Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola**

**Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos**

**Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado à sua série**

**Meta 4: Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos**

**Meta 5: Investimento em Educação ampliado e bem gerido**

O **De Olho nas Metas** é o relatório anual do movimento que acompanha a evolução dessas 5 Metas conforme indicadores educacionais oficiais do País, apontando os avanços e desafios por regiões e estados. Esta terceira edição traz dados de aprendizagem por série, disponíveis apenas a cada dois anos, já que se baseiam em resultados das avaliações bienais do Ministério da Educação. O relatório oferece também análises de especialistas nas áreas das 5 Metas, complementando o estudo técnico e contextualizando os resultados diante do panorama geral do ensino público no País.

O Todos Pela Educação agradece aos seus mantenedores o contínuo apoio, e ao Ministério da Educação (MEC), ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pela parceria na realização deste trabalho.

Realização

